



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Compacto II

**Usando oportunidades de mercado e infraestrutura para estimular
investimentos sustentáveis e equitativos na adição de valor e produtividade no
meio rural em Moçambique**

Nota Conceptual da Agricultura

Gabinete de Desenvolvimento do Compacto – II
Ministério da Economia e Finanças
Ave Ahmed Sekou Touré. No 21 4^o Andar
Maputo – Moçambique

Índice de Conteúdos

A.	Contextualização	3
B.	Análise do problema	5
B1.	Problema	5
B2.	Causas	5
B2.1	Procura Doméstica	7
B2.2	Agregação de valor	8
B2.3	Demanda internacional	11
B2.4	Agregação	13
B2.5	Produção	15
B2.6	Constrangimentos relacionados ao ambiente e inclusão social	20
C.	Abordagem estratégica	21
C1.	Oportunidades na Zambézia	21
C2	Áreas de oportunidade em termos de políticas e reformas institucionais	22
C2.1	Sector de insumos	23
C2.2	Racionalização de processos de exportação	24
C2.3	Aspectos fitossanitários	24
C.2.4	Imposto sobre Valor Agregado e Isenção Corporativa	25
C3	Financiamento em infraestruturas de suporte	25
C4	Facilitando investimentos sustentáveis na criação de empregos	26
C5	Complementando os investimentos existentes da SUSTENTA e do Governo de Moçambique 27	
C6	Oportunidades em clima, gênero e inclusão social	28
D.	Objectivo Primário	30
E.	Funções e responsabilidades institucionais	32
F.	Próximos passos	35

A. Contextualização

O desenvolvimento do setor agrário contribui para a redução da incidência da pobreza e da desigualdade. Esta é uma das principais conclusões políticas das avaliações nacionais da pobreza em Moçambique. O setor agrário inclui a produção agrícola, pecuária e pesca. Embora semelhantes, cada um dos três subsectores enfrenta seus próprios desafios. Os desafios comuns incluem baixos níveis de investimento na agricultura comercial, baixo uso de insumos, maior ocorrência de eventos climáticos extremos e degradação dos recursos marinhos, infraestrutura deficiente, política e regulamentação inadequadas e perdas pós-colheita. Entre 2001 e 2011, a percentagem das despesas públicas com agricultura em relação ao total das despesas públicas foi de cerca de 5,3% ao ano, enquanto a parcela dos gastos com P&D no valor agregado agrícola total foi de cerca de 0,6% ao ano.

Não surpreendentemente, os esforços para reduzir a pobreza através do crescimento da economia agrária têm dominado a agenda de desenvolvimento em Moçambique nas últimas décadas. A população moçambicana é predominantemente jovem e as oportunidades económicas fora da agricultura e pescas são poucas. A maioria esmagadora da população depende da agricultura para a sua subsistência e emprego, especialmente nas áreas rurais e costeiras, onde cerca de metade da população vive abaixo da linha de pobreza nacional, especialmente na Zambézia onde o índice de pobreza multidimensional foi mais alto no país em 2014/15 (63%). Apesar do alto potencial agrícola, a província da Zambézia foi subdesenvolvida e pouco investida. Tem 1/5 da população do país, mas recebe 1/10 do total das despesas públicas na agricultura e recebe menos fundos per capita para proteção social do que outras províncias com menor incidência de pobreza. No litoral, além da produção agropecuária, a pesca destaca-se como uma importante atividade económica. Cerca de 2/3 da proteína animal disponível para os moçambicanos é derivada do consumo de peixe, mas a dependência da pesca e as fracas oportunidades na agricultura itinerante para complementar os meios de subsistência resultam na destruição dos recursos naturais.

Os altos níveis de pobreza derivam em parte dos rendimentos agronómicos que permaneceram baixos por décadas para a maioria das culturas alimentares básicas porque menos de dez por cento dos pequenos agricultores usam fertilizantes químicos, pesticidas, sementes melhoradas/certificadas e irrigação. Nos últimos 10 anos, os serviços de extensão alcançaram menos de 10% dos pequenos agricultores, e foram visitados mais homens do que mulheres. O milho é a cultura alimentar básica mais importante do país, cultivada por 84% das famílias agrícolas. Em média, os rendimentos agronómicos mal chegam a 1 ton/ha, em comparação com um rendimento potencial de 6-10 toneladas/ha. A diferença de rendimento tende a ser significativamente maior entre os pequenos agricultores e os agricultores comerciais. No subsector das pescas, a aquacultura continua subdesenvolvida, estando apenas 1% do seu potencial explorado. O desenvolvimento da aquacultura em Moçambique foi instável com um pico de produção registado em 2005 (1.222 toneladas). A produção diminuiu gradativamente para 490 toneladas em 2009, mas recuperou e chegou a mais de 1.800 toneladas em 2017, consistindo principalmente em tilápia. A flutuação na produção total foi causada quase exclusivamente pela criação predominante apesar de instável, de camarão, operada por alguns grandes operadores, particularmente na Zambézia.

A instabilidade política e os choques climáticos agravam ainda mais a desigualdade de renda, a pobreza e a insegurança alimentar existentes. Entre 2009 e 2014, o coeficiente de Gini aumentou de 0,42 para 0,47, indicando piora na desigualdade de renda. Além da renda, a desigualdade no país também ocorre em outras formas, como na educação, onde o analfabetismo de adultos era de 45% em 2015 e era quase duas

vezes mais comum nas mulheres do que nos homens. Era mais prevalente nas áreas rurais, onde viviam 57% das pessoas não alfabetizadas, em comparação com 23% nas áreas urbanas (UNESCO). Desde o início da pandemia COVID-19 em 2020, destacou-se ainda mais as diferentes formas de desigualdade no país. O COVID-19 e a restrição de movimento associada também criaram pressão adicional nas comunidades, já que alguns dos jovens que costumavam migrar para outras áreas para trabalhar permanecem nas comunidades.

A instabilidade política e os choques climáticos agravam ainda mais a desigualdade da renda, a pobreza e a insegurança alimentar existentes. Entre 2009 e 2014, o coeficiente de Gini aumentou de 0,42 para 0,47, indicando um agravamento na desigualdade da renda. Além da renda, a desigualdade no país também ocorre em outras formas, como na educação, onde o analfabetismo de adultos era de 45% em 2015 e era quase duas vezes mais comum nas mulheres do que nos homens. Era mais prevalente nas áreas rurais, onde viviam 57% das pessoas não alfabetizadas, em comparação com 23% nas áreas urbanas (UNESCO). Desde o início da pandemia em 2020 o COVID-19 tem destacado as diferentes formas de desigualdade no país. O COVID-19 e a restrição de deslocamentos associada também criaram pressão adicional nas comunidades, já que alguns dos jovens que costumavam migrar para outras regiões para trabalhar permanecem nas comunidades.

Nas zonas rurais de Moçambique, agregados familiares chefiados por mulheres estão significativamente em desvantagem em comparação ao nível de rendimento dos agregados chefiados por homens (Walker et al., 2004). Esta descoberta aplica-se particularmente a famílias chefiadas por viúvas que têm 30% menos renda do que as chefiadas por homens, representando o efeito combinado de renda significativamente mais baixa da produção agrícola, venda de gado, salários não agrícolas e extração de recursos. Os desafios enfrentados pelas mulheres são particularmente mais graves do que os enfrentados pelos homens.

Apesar dos efeitos positivos dos programas de alívio aos desastres após choques climáticos, às vezes podem causar distorções, destacando a importância de projetos para coordenar a revisão das abordagens atuais de distribuição de insumos, de modo à evitar a desclassificação de investimentos em redes de agronegócio e produção de sementes e certificação. Sementes falsas ainda são um desafio, pois isso desencoraja os agricultores a comprar sementes e outros insumos, e os serviços de inspeção estão além da capacidade de monitorar.

Os investimentos na indústria de agro-processamento são atualmente menos atraentes para o setor privado. Os investimentos em infraestrutura per capita em estradas e eletricidade tendem a ser caros porque a densidade populacional é baixa em Moçambique (e dispersa), particularmente nas áreas rurais. Os altos custos de importação de máquinas devido aos custos de logística contribuem ainda mais para a redução do investimento em agro-processamento. Os portos existentes são muito caros e menos eficientes em comparação com os outros portos da região. A ligação rodoviária e ferroviária entre a área de produção excedente, no centro e norte de Moçambique para a área deficitária do Sul é ineficiente (estradas) ou inexistente (ferrovia) porque historicamente a maioria dos investimentos em transporte foram direcionados para conectar as principais cidades portuárias (Maputo, Beira e Nacala) para os países vizinhos. A preferência por investir nos corredores este-oeste continua, atualmente, para a prestação de serviço para o interior. Infraestrutura deficiente, grandes distâncias e o desenvolvimento de mercado fraco associado resultam em margens de comercialização altas que desaceleram o crescimento agrícola.

B. Análise do problema

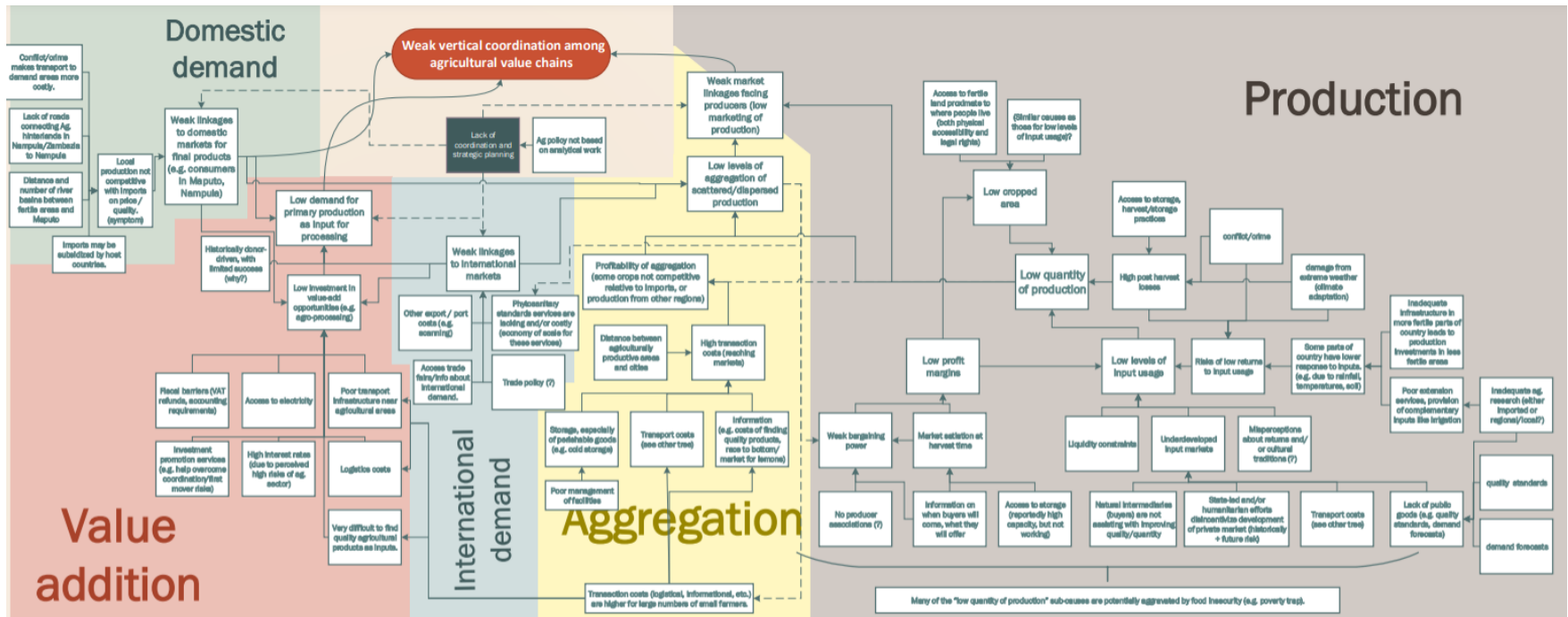
B1. Problema

A falta de políticas de coordenação, obstáculos de infraestrutura e dificuldades de acesso a financiamento acessível levam ao sub-investimento na agregação de valor e produtividade, o que reduz as oportunidades agrícolas para a população rural (incluindo mulheres e jovens) em empregos, oportunidades de mercado, como esquemas de fomento e fornecimento de insumos / força de trabalho.

B2. Causas

As principais causas podem ser agrupadas em pelo menos cinco temas interligados que estão associados a: i) demanda doméstica; ii) agro-processamento iii) demanda internacional; iv) coleta ausente ou inadequada; v) produção. Os temas transversais incluem coordenação vertical fraca, crime / conflito, transporte, gênero e inclusão social e entendimento sobre os impactos ambientais e oportunidades. Esses temas são ilustrados por meio do diagrama da árvore de problemas (consulte a Figura 1). Alguns fatores afetam mais de um tema, como gênero, inclusão social e questões ambientais, e são discutidos em profundidade apenas uma vez para evitar a repetição.

Figura 1 Árvore de problemas



B2.1 Procura Doméstica

A concepção de políticas em Moçambique é atualmente feita com base em ampla consulta às partes interessadas, o que é uma melhoria significativa observada no PEDSA, PNISA e EDA (Estratégia de Desenvolvimento da Aquicultura) quando comparada com anteriores políticas como PAEI, PARPA e outros. Apesar da melhoria observada ao longo do tempo, as políticas agrárias geralmente não são concebidas com base em trabalho analítico relevante, como o Modelo de Conta Social do IFPRI, despesas e análises do setor privado. Eles não são sustentados por um quadro de resultados sólido usado para desenvolver e implementar / usar um sistema de M&A robusto para o setor agrário, com indicadores focados em resultados apropriados (impacto, objectivo, resultados e actividades). Além disso, faltam arranjos de coordenação sólidos no ciclo de políticas e orçamentos, envolvendo as principais partes interessadas. Além disso, há uma implementação limitada das políticas existentes e falta de estruturas de governação transparentes para o setor agrário, com sistemas e mecanismos claros de relatórios, monitoramento, avaliação e responsabilização. Isso contribui para a falta de coordenação e planeamento estratégico no setor agrário que, por sua vez, está ligado a ligações fracas com os mercados domésticos de produtos finais.

Outros quatro fatores estão também ligados a ligações fracas com os mercados domésticos. Em primeiro lugar, a prática limitada de agricultura comercial em termos de tipo de safra e escala de produção, o que limita a capacidade de coleta e, portanto, o acesso ao mercado. Em segundo lugar, os conflitos armados (ou questões de segurança interna) tornam o transporte para áreas de demanda mais caro, e os agricultores não se sentem seguros para investir no aumento da produção agrícola. Os conflitos tendem a afetar mais adversamente as mulheres do que os homens. O conflito é atualmente mais saliente na província de Cabo Delgado, mas também há conflito em curso nas províncias centrais de Manica, Sofala e Tete. A população dessas áreas está fugindo das áreas de conflito, deixando para trás seus bens. Terceiro, uma má rede de estradas secundárias e terciárias tem impactos negativos sobre o crescimento agrícola por meio da cobertura limitada dos serviços de extensão (incluindo na aquicultura), acesso limitado aos mercados de insumos e produtos e unidades de agro-processamento / armazenamento. Essas questões também funcionam como um impedimento de investimentos do setor privado na economia rural.

Tem havido um esforço para promover investimentos ao longo dos principais corredores de crescimento. A ideia é concentrar o investimento em áreas agrícolas de alto potencial e ao longo de cadeias de valor identificadas. Em geral, há concentração de investimentos em áreas próximas aos corredores de desenvolvimento dada a boa malha rodoviária e os acessos às redes ferroviárias e aos portos; áreas próximas às fronteiras com outros países; e áreas de alta densidade populacional. Outra abordagem, traçada pelo programa SUSTENTA, é a criação de polos de desenvolvimento; e o desenvolvimento de aquaparcos no caso da aquicultura.

Quarto, Moçambique é um país grande e diverso, com diferentes agroecologias. A maior parte da região sul é mais seca e árida, mais adequada para a produção pecuária, com exceção das áreas irrigadas ao longo do rio Limpopo (também adequadas para a aquicultura), enquanto as regiões centro e norte têm maior potencial para a produção agrícola e também para o desenvolvimento da aquicultura. A distância (e a fraca e / ou baixa qualidade da infraestrutura de transporte) e o número de bacias hidrográficas entre as áreas férteis no norte e os centros urbanos no sul contribuem para ligações fracas com os mercados domésticos de produtos finais que por sua vez resultam em baixa demanda de produção primária como

insumo para processamento e baixo investimento em oportunidades de valor agregado (por exemplo, agro-processamento).

B2.2 Agregação de valor

Há muitos fatores que contribuem para o baixo investimento em oportunidades de valor agregado e podem ser agrupados em pelo menos oito categorias: i) política fiscal onerosa (reembolso de IVA, exigências contábeis); ii) acesso à eletricidade; iii) infraestrutura de transporte precária perto de áreas agrícolas; iv) serviços de promoção de investimento ineficazes (por exemplo, ajudam a superar os riscos de coordenação /riscos de entrada no mercado); v) altas taxas de juros (devido aa percepção do elevado risco do setor agrário); vi) altos custos de logística; vii) assimetrias e coordenação de informação; e viii) má qualidade das matérias-primas.

A tributação do setor agrário assenta nos seguintes instrumentos: IRPC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e Imposto Autónomo. Em geral, existe a percepção de que o sistema tributário é complexo porque os processos são administrados por diferentes instituições. Os impostos continuam a ser submetidos fisicamente aos departamentos fiscais, e isso pode ser um problema em áreas remotas e adicionar custos administrativos para o agronegócio. A principal reclamação é sobre as isenções e reembolsos do IVA. Estão disponíveis isenções de IVA para produtos agrícolas; no entanto, o IVA tem de ser pago para todos os produtos e depois reembolsado pela Autoridade Tributária. Os operadores comerciais afirmam enfrentar dificuldades na obtenção de reembolsos de IVA. O processo é demorado e oneroso. Os operadores comerciais que realizam transações com pequenos produtores em áreas remotas são maioritariamente informais e têm dificuldade em apresentar as facturas solicitadas pela Autoridade Tributária (AT) para reembolso do IVA.

Além do IVA, o imposto sobre o rendimento aumentou de 10% para 32% em 2016. Existem muitas reclamações dos operadores comerciais sobre o aumento do imposto sobre o rendimento que inibe o investimento e restringe as operações. Há também uma taxa autônoma de 35% que se aplica às despesas não documentadas. Isso também é oneroso para o setor agrícola porque os pequenos agricultores não são registrados comercialmente e também não têm um número de identificação fiscal. Portanto, eles não podem apresentar facturas em suas vendas. Esse imposto adicionado ao imposto de renda de 32% eleva o nível de tributação para 67% para os agronegócios que mantêm relações comerciais com produtores informais, constituindo um claro desincentivo ao investimento em agronegócios que adquirem sua matéria-prima aos pequenos agricultores. Existem questões relacionadas ao registro de empresas que são enfrentadas pelos investidores. Eles afirmam que o processo geral é complicado e moroso. Há falta de clareza quanto aos requisitos para o registro comercial e as licenças necessárias. Além disso, muitas empresas relatam problemas (lentidão do processo e requisitos pouco claros) relacionados aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), que é um dos requisitos para licenciamento de negócios. Também há reclamações sobre as inspeções. As regras que as regem não são claras e as inspeções são frequentes e longas. Outro desafio na agregação de valor é a cobertura da rede elétrica. Nas áreas rurais, apenas 5% da população tem acesso à eletricidade através da rede nacional, e a eletricidade é geralmente de baixa qualidade com frequentes cortes de energia.

Embora as empresas agropecuárias possam se beneficiar de uma redução nas tarifas de eletricidade, o setor de aquacultura paga o valor total da tarifa. Isso tem um efeito negativo na agroindústria, no

desenvolvimento da aquacultura e na agregação de valor. A baixa cobertura de eletricidade também torna os projetos de irrigação mais caros, visto que as bombas elétricas são mais baratas e ecologicamente corretas quando comparadas às bombas a diesel. O FUNAE tem vários exemplos de sucesso de sistemas fotovoltaicos para bombear água (por exemplo, a comunidade de Chitondo), postos de gasolina em áreas rurais, eletrificação rural, entre outros. Os investimentos da agroindústria têm vários graus de conexão entre os pequenos agricultores e os PACEs da SUSTENTA, tais como a compra aos produtores independentes, agricultura por contrato (por exemplo, avicultura da Novos Horizontes em Nampula) e agricultura de plantação (açúcar, chá e banana).

Além da baixa cobertura de eletricidade, a fraca infraestrutura de transporte próximo às áreas agrícolas tem inibido o desenvolvimento do setor agrário em várias frentes. A restrição mais citada são os custos de transação causados pelos custos de transporte e logística que aumentam os preços dos insumos. Os custos de transação podem adicionar uma margem adicional de 20% a 30% sobre os preços dos insumos. A infraestrutura de transporte deficiente também diminui o apetite de investimento, devido a má rede de estradas terciárias e secundárias que ligam os centros de produção aos principais corredores, portos, ferrovias e aos mercados. Em relação ao transporte marítimo utilizando portos locais, há longos processos de movimentação de contentores e altos custos com o scan além da inexistência ou de baixos volumes de carga para viabilizar o transporte de volta. Todos estes custos no contexto de baixos volumes de carga (mercadorias), que é a realidade em Moçambique, conduzem à baixa competitividade tanto do sector agrícola como do sector de transportes. A má rede de estradas também diminui o acesso aos serviços de extensão, insumos melhorados e mercados de produtos. Isso, por sua vez, resulta no aumento dos custos de colecta ou recolha de produtos enfrentados pelos comerciantes e intermediários, devido a dispersão dos agricultores e produtores de aquacultura aliada aos baixos volumes de produção.

Também foi levantado que a estrutura tarifária moçambicana desencoraja o investimento nas indústrias de processamento por causa da pesada tributação sobre os insumos importados que aumenta os custos de produção e diminui a competitividade dos produtos manufacturados em Moçambique. Consequentemente, a estrutura tarifária não é propícia à diversificação da economia por meio da manufatura, e os investidores reivindicam concessões fiscais e tributárias. A ênfase na agregação de valor e no desenvolvimento da agroindústria origina-se do fato de que os pequenos agricultores (incluindo piscicultores e produtores de aquacultura) podem não ser capazes de sair da pobreza sem envolvê-los produtores de médio e grande porte.

Apesar do ambiente de negócios ter registado progressos consideráveis ainda existe a percepção do ambiente de negócios não ser favorável a transformação do Sector Agrário. O acesso ao crédito continua a ser um desafio para o sector privado. Há um septicismo da parte da banca em financiar o sector agrário devido a longa história de crédito mal-parado de empréstimos subsidiados tais como o fundo dos 7 milhões, e o alto risco do sector devido a exposição as mudanças climáticas.

Além da terra não poder ser usada como colateral, o custo de capital é elevado por apresentar altas taxas de juros (em torno de 25-30%) decorrentes do spread adicionado à Taxa Base (18,9%), que é apurado pela Banco Central e a Associação Moçambicana de Bancos. Isso contribui para o baixo investimento no setor. Agricultores e operadores de agronegócios devem adquirir acesso a fontes alternativas de financiamento com fundos de desenvolvimento ou entidades internacionais offshore que oferecem empréstimos a taxas

de juros relativamente baixas. Caso contrário, eles têm que investir seu próprio capital antecipadamente, especialmente para as mulheres agricultoras.

O setor bancário considera o setor agrário de alto risco. Moçambique tem a quarta maior taxa de empréstimo da África Austral. Isso restringe o empreendedorismo e as empresas existentes são forçadas a operar perto da sua capacidade máxima de produção e são incapazes de expandir suas atividades. O financiamento é limitado pelo atual nível de desenvolvimento do setor agrário. O sector bancário exige que as empresas sejam integradas em cadeias de valor eficientes, onde o acesso a insumos e mercados seja garantido. O sector bancário tende a financiar mais agricultores comerciais de médio a grande porte que estão bem estabelecidos e tem menos risco.

Eles financiam cadeias de valor tradicionais como açúcar, algodão, frango e tabaco. Eles também financiam pequenos operadores que são contratados por médias e grandes empresas por meio de acordos de agricultura por contrato. Existem áreas em que o setor bancário tem dificuldade em financiar, como o comércio, porque existem muito poucos agregadores independentes com instalações de armazenamento que são capazes de fornecer custódia aos Bancos, e monitoram e administram os estoques. Em geral, não existem instrumentos específicos de financiamento da agricultura oferecidos pelo sector bancário moçambicano.

O desafio é como estruturar da melhor forma os financiamentos baseados nos ciclos produtivos e nos ciclos econômicos do produtor rural e do agronegócio, utilizando os instrumentos tradicionais de financiamento existentes. Isso requer uma análise minuciosa e também, na medida do possível, arranjos do tipo acordos tripartidos entre produtores, prestadores de serviços (como agroindústrias, agrodealers, empresas de sementes, prestadores de serviços de mecanização) e banqueiros, para diminuir o risco das operações. Ao mesmo tempo, é preciso garantir mercados com acordos com compradores, para garantir a integração da cadeia de valor, o sucesso do negócio é a capacidade de reembolso dos agricultores e do agronegócio.

Em termos de serviços de promoção de investimentos, as instituições relevantes incluem a Agência de Promoção de Importações / Exportações - APIEX (antiga Agência de Promoção de Investimentos - CPI), o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul), o Fundo de Desenvolvimento Agrário (que integra o antigo Centro de Promoção de Agricultura-CEPAGRI), Agência para o Desenvolvimento do Zambeze (ADZ) que integra o antigo GAZEDA, sendo o último dedicado à Zona Económica de Nacala, Corredor Agrícola da Beira para o Crescimento (BACG). Em geral, os investidores do agronegócio percebem uma falta de coordenação entre os setores limitando a eficácia dos incentivos ao investimento para o desenvolvimento do setor agrário. Eles acham que há necessidade de mais apoio do governo para facilitar as ligações de negócio entre os investidores potenciais e os atuais agronegócios. Eles também consideram que a coordenação entre os doadores e o sector privado é insuficiente, uma vez que o setor privado tem visibilidade limitada da intervenção dos doadores no setor agrário.

Os investidores em agronegócios também têm a percepção de que os programas de desenvolvimento não são concebidos como soluções integradas da cadeia de valor. Isso inibe o investimento em agregação de valor, que está na parte superior da cadeia produtiva e depende em grande medida da integração das diferentes etapas de produção. O investimento também é limitado pela qualidade e acesso aos dados / informação. Em particular, tem havido reclamações relacionadas à indisponibilidade de informação de

mercado, que são fundamentais para as decisões de investimento. Os investidores interessados em investir no agronegócio precisam saber onde estão os produtores e onde obter a produção agrícola e isso ainda é uma prioridade no PEDSA hoje, mapear os produtores em comparação com a EDA, onde o potencial da aquacultura no país foi mapeado. Os dados da recente pesquisa agrícola (IAI 2020) poderiam ser usados para produzir um atlas agrícola, mapeando o potencial de todas as cadeias de valor prioritárias identificadas pelo programa SUSTENTA.

O nível de assimetria de informação também é muito elevado. Os agricultores carecem de informações sobre a adequação dos insumos, práticas de produção em geral e requisitos do mercado. Por outro lado, os operadores do mercado de insumos carecem de informações sobre a demanda de insumos pelos agricultores, uma vez que os agricultores economizam grãos de uma safra para a outra. Além disso, eles têm pouca orientação sobre o tipo de insumo a produzir de acordo com as áreas agroecológicas. Esses tipos de restrições requerem mecanismos inovadores para alcançar os agricultores com eficiência. Um resultado direto do uso de grãos como sementes, ligado a outros fatores também, é a má qualidade da matéria-prima para o agro-processamento (por exemplo, a falta de uniformidade do grão aumenta os custos de seleção e classificação) além da baixa produtividade. Um resultado direto do uso de grãos como sementes, ligado a outros fatores também, é a má qualidade da matéria-prima para o agro-processamento (por exemplo, a falta de uniformidade do grão aumenta os custos de seleção e classificação) além da baixa produtividade. Faltam sistemas de controle de qualidade, o que prejudica a qualidade dos insumos, sendo as sementes o insumo com maior prioridade, embora a falta de acesso a outros insumos como irrigação, equipamentos, mão de obra qualificada, ração para peixes, alevinos e outros contribuam para a baixa qualidade de matéria-prima (e produtividade) para a agroindústria. A semente guardada pelo agricultor constitui atualmente cerca de 70% do total de sementes usadas, com 20% vindo de troca informal. Isso é significativamente maior do que nos países vizinhos: cerca de 28% dos agricultores no Malawi e 45% no Zimbábue usam sementes guardadas duma época pra outra. (McGuire e Sperling, 2016).

B2.3 Demanda internacional

As medidas que impactam as exportações incluem o seguinte: procedimentos e regulamentos de exportação; taxas e impostos de exportação; proibições e restrições à exportação; promoções as exportações; financiamento a exportação, seguros e garantias. O comércio internacional agrícola tem crescido de forma constante, estimulado por um regime de comércio liberalizado. Embora as culturas comerciais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão e caju representem uma pequena proporção da área total cultivada, elas representam a maioria das exportações agrícolas. O potencial de exportação do país ainda não foi explorado. Por exemplo, a Zambézia tem plantações relativamente novas de macadâmia que dentro de alguns anos serão exportadas. Na aquacultura, já se exporta camarão para fora do distrito de Inhassunge. A Zambézia também é responsável por cerca de 60% da produção nacional de feijão bóer, 20% do gergelim e 56% da soja.

Em termos de processos de exportação, todos os exportadores devem ser licenciados e registrados no Ministério da Indústria e Comércio, MIC. O licenciamento é efectuado nos balcões únicos de atendimento em todas as províncias. Não há taxas ou encargos de registro. Em geral, o processo de exportação envolve muitos documentos (cerca de 10), que são submetidos online através da Janela Única de Exportação (JUE). Alguns deles também precisam ser carimbados e submetidos fisicamente. O processo geral de exportação

está a caminhar para um sistema de exportação online por meio do uso da Janela Única Eletrônica. O único grande constrangimento são os Despachantes alfandegários sendo os únicos autorizados a inserir dados diretamente no sistema. Além disso, os despachantes aduaneiros são os únicos autorizados e com mandato legal (decreto n.º 18/2011, artigo 82.º) para realizar todas as operações de exportação, importação e trânsito. Os procedimentos alfandegários não são baseados em uma gestão de risco eficiente, portanto, as inspeções físicas e a supervisão de empacotamento são aplicadas a todas as categorias de mercadorias. Este tratamento de risco não discriminatório é considerado nas taxas dos despachantes aduaneiros e aumenta os custos de exportação e importação. As taxas cobradas pelo despachante aduaneiro chegam a quase 40% dos custos totais de exportação. Eles são responsabilizados se a mercadoria exportada não cumpre qualquer uma das etapas do processo de exportação. Em termos de atrasos, existem dois constrangimentos, um é o empacotamento e o outro diz respeito às inspeções físicas dos contentores. A retificação de problemas com documentação após o embarque das mercadorias pode ser complexa e cara. Os exportadores devem, portanto, ser claros sobre que documentos são necessários antes de planejar o embarque.

As exportações de animais (e seus produtos e subprodutos) requerem a autorização da Autoridade Veterinária, que deve emitir um certificado veterinário de acordo com os requisitos de licença de importação da autoridade veterinária no país de importação. Com relação aos padrões fitossanitários, grande parte da produção agrícola ocorre em áreas rurais onde o armazenamento e outras instalações necessárias para atender às medidas fitossanitárias são inadequadas. Portanto, é difícil cumprir as medidas fitossanitárias dos parceiros comerciais baseadas nos acordos IPPC e WTO-SPS. Em geral, os laboratórios fitossanitários não são credenciados e possuem capacidade limitada em termos de equipamentos e recursos humanos para realizar todos os testes e análises fitossanitárias. Em termos de políticas fitossanitárias, há falta de pessoal qualificado e treinado para operar com eficácia as políticas, leis e regulamentos fitossanitários. As inspeções fitossanitárias, que incluem o credenciamento de inspetores privados de sementes, também fazem parte dos procedimentos de exportação e podem acarretar atrasos consideráveis ao processo, dependendo da competência do Departamento Fitossanitário do MADER. É importante notar que a maioria dos procedimentos são claros, a implementação é que está deficiente.

Em termos de política comercial, as restrições às exportações em geral são poucas e, geralmente, quando impostas, visam proteger a indústria processadora nacional, que também compete pelas mesmas matérias-primas procuradas nos mercados de exportação. Os subsectores com essa proteção parcial são o sector de algodão e do caju. Existem restrições à exportação de algodão em caroço. Sementes de algodão são vendidas para a indústria nacional de óleo de cozinha. No entanto, o excedente pode excepcionalmente ser exportado após autorização do Instituto do Algodão. Moçambique também impõe um imposto de exportação entre 18% -23% do f.o.b. valor aduaneiro de castanha de caju em bruto ou não processado. A regulamentação do caju está a ser revista para estimular a sustentabilidade de toda a cadeia de valor do caju, com ênfase na produção doméstica, processamento e exportação. O objetivo disso é incentivar o processamento doméstico da castanha de caju e promover o emprego. As proteções existentes parecem ser eficazes na cobrança do imposto de exportação.

A única restrição geral à exportação é imposta aos produtos alimentícios que não estejam nas condições estabelecidas pela legislação ou que se encontrem em mau estado de conservação. O acesso ao comércio

internacional também é afetado negativamente pela disponibilidade de informações sobre oportunidades em mercados internacionais, bem como processos de certificação.

B2.4 Agregação

Os baixos níveis de agregação da produção dispersa decorrentes da baixa lucratividade da agregação (algumas culturas não competitivas em relação às importações ou produção de outras regiões; na aquicultura, a produção de tilápia ainda não é competitiva em relação às importações de cavala) contribuem para ligações de mercado fracas para os produtores (baixa comercialização da produção). A distância entre as áreas produtivas agrícolas e as cidades, quando associada a baixos volumes de produção, resulta em altos custos de transação. Esses custos podem ser reduzidos por esquemas de produtores subcontratados / produtores âncora.

A agricultura de Moçambique é predominantemente de subsistência, onde 97,79% de todos os agricultores são pequenos agricultores (cultivam menos de 10 ha de sequeiro, 5 ha irrigados ou possuem menos de 10 cabeças de gado), 2,19% são de médio porte (cultivam menos de 50 ha ou possuem menos de 50 cabeças de gado), e apenas 0,02% são fazendas de grande porte (cultivam mais de 50 ha ou possuem mais de 50 cabeças de gado). Em termos de área total cultivada na cultura principal, os pequenos produtores somam cerca de 93,1%, os médios 5,4% e as grandes propriedades 1,5%. Embora a estratégia do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tenha sido manter um foco duplo priorizando a agricultura de grande e pequena escala, a evidência mostrou que os pequenos agricultores são realmente muito pequenos (o tamanho médio da propriedade é cerca de 1,5-2,0 hectares, principalmente limitado pela capacidade de arar o solo manualmente), e os níveis de produtividade também são muito baixos. Os agricultores estão espalhados com baixos volumes de produção e agregar a produção é um desafio devido a problemas de coordenação. A maioria dos agricultores não pertence a nenhuma associação ou cooperativa. Frequentemente, os comerciantes precisam passar algum tempo no campo para agregar até mesmo pequenas quantidades. Faltam informações sobre o que está disponível para agregar, onde, quando e em que quantidades.

Os agricultores têm capacidade de produção muito baixa e produzem baixos volumes, não têm acesso a insumos e / ou mercados de produtos melhorados, embora respondam muito bem a culturas com alta demanda de mercado, como gergelim, feijão bóer e soja. Além disso, eles não têm instalações de armazenamento suficientes e, ao mesmo tempo, precisam de dinheiro para cobrir as necessidades domésticas imediatas, então eles vendem seus produtos de uma só vez imediatamente após a colheita, saturando assim os mercados locais nas áreas rurais e sendo impossível de colocar os produtos nos centros urbanos (cidades) ou mercados de exportação com preços mais atrativos e competitivos. No entanto, mesmo se tivessem armazenamento, eles podem não usá-lo pós-colheita, por causa de necessidades imediatas, que é um problema de fluxo de caixa que pode ser gerido com crédito, diversificação de culturas, processamento (para diversificar produtos).

Em geral, os agricultores têm baixo poder de barganha e muitas vezes acabam vendendo abaixo do preço de mercado. Isso traz grande incerteza para as operações agrícolas, uma vez que os agricultores se tornam dependentes de comerciantes e agregadores que têm maior poder de barganha e capturam uma grande parcela da margem de mercado, desestimulando uma maior produção.

Em todo o país, o governo de Moçambique construiu silos públicos, enormes, para expandir a infraestrutura de comercialização, negligenciando a importância de responder as causas relacionadas ao baixo rendimento das culturas. Como a produção não aumentou, a maioria dos silos permanece vazia porque a produção geral e a produtividade não aumentaram para a maioria das culturas. Além disso, custa dinheiro para os agricultores levar os seus cereais em um caminhão para transportá-los até os silos e pagar uma taxa de armazenamento de apenas algumas centenas de quilos ou uma tonelada de produto. Gonçalves (2020) argumenta que a exigência de um depósito mínimo de cinco toneladas desestimula os pequenos produtores a fazerem uso dos silos. Cerca de 85,6% dos agricultores em Moçambique cultivam menos de 2 hectares, 94,5% cultivam menos de 3 hectares e 98,6% cultivam menos de 5 hectares. A área cultivada média é de cerca de 1,5 hectares para todas as culturas, e a produção de milho é de cerca de 800-1000 kg, o que significa que um agricultor médio teria que aumentar sua produção de cereais cerca de cinco vezes os níveis de produção atuais para atender aos requisitos mínimos de cinco toneladas. No momento, dados os baixos rendimentos e 98,6% cultivando menos de 5 hectares combinados para todas as culturas alimentares e comerciais, o requisito mínimo do silo é muito alto para que os pequenos agricultores possam usá-los.

Cerca de 50% de todos os agricultores apenas vendem menos de 12% do milho que é vendido, enquanto os 10% do topo vendem cerca de metade do total. Este padrão também se repete para outras culturas. Embora pequenos em tamanho, os principais vendedores geralmente possuem armazéns ou celeiros melhorados, tornando difícil o uso de silos governamentais existentes; e também há questões de falta de confiança dos agricultores, o que os faz preferir armazenar seus próprios excedentes em vez de usar os silos. Também existem problemas associados à baixa qualidade da eletricidade nas áreas rurais, o que afeta negativamente os silos.

O aluguel do espaço de armazenamento é muito caro para os produtores locais. Em vez disso, os pequenos produtores continuam a confiar em alternativas que atendam melhor às suas necessidades, como o uso de uma série de armazéns existentes construídos por meio de projetos de ONGs, e que são grandes o suficiente para atender efetivamente às necessidades dos pequenos produtores (Gonçalves, 2020).

Além disso, o comércio informal transfronteiriço parece ser uma opção atraente para os pequenos agricultores, que preferem vender seus produtos rapidamente por dinheiro imediato. Em geral, as questões que afetam o acesso limitado a oportunidades de comércio são o afastamento do mercado, a fraca integração do mercado e a concorrência gerada por mercados transfronteiriços mais eficientes.

Também há evidências de assimetrias de informação que afetam ao mesmo tempo os mercados de produtos e insumos. Os canais de informação de mercado existentes estão vinculados a relações comerciais tradicionais e trocas de informações com redes comunitárias. Os agricultores carecem de informações sobre os insumos, preços e requisitos de mercado disponíveis localmente para que possam se ajustar e melhor planejar a produção. Frequentemente, os agricultores têm poucas fontes adicionais de informação para além do que eles podem obter através do boca a boca, acesso às TICs e conversas com vendedores de insumos e comerciantes. Isso restringe a qualidade e a fiabilidade da informação, deixando-os vulneráveis às dinâmicas dos mercados as quais eles desconhecem. As assimetrias de informação são particularmente problemáticas para as agricultoras porque, em geral, as mulheres têm menos acesso à educação formal do que os homens (casamento precoce e taxas de abandono mais altas) e também têm falta de acesso às TICs.

B2.5 Produção

Em todo o país existem silos de alta capacidade que são subutilizados. O armazenamento de outras culturas, especialmente culturas perecíveis e produtos pesqueiros, é problemático devido à falta de agro-processamento que está associada à falta de eletricidade nas áreas rurais, investimento e custos de transação elevados. Adicionalmente a falta de acesso a informação sobre quando os compradores virão e o que eles oferecerão, isso cria saciedade do mercado na época da colheita. Os agricultores individuais não têm poder de negociação e apenas 3,5% dos pequenos e médios agricultores pertencem a uma associação de agricultores. Tal fraco poder de negociação altos custos de transação e saciedade do mercado na colheita leva os produtores a baixas margens de lucro.

As baixas margens de lucro funcionam como um desincentivo para expandir a área cultivada e aumentar as taxas de uso de insumos na agricultura, ou para abrir tanques de aquacultura e aumentar o uso de ração para peixes. As fazendas são pequenas e dispersas, dificultando a mecanização e a prestação de assistência técnica. Os volumes de produção são baixos, resultando tanto do baixo uso de insumos externos quanto da área cultivada / poucos tanques de aquacultura. Três fatores estão relacionados aos baixos volumes de produção: i) falta de regulamentação e serviços de extensão; ii) os produtores têm uma baixa resposta ao uso de insumos; e iii) a incapacidade de financiar os insumos.

Começando com a discussão sobre serviços de extensão, dados agrícolas recentes mostram que em 2020 os serviços de extensão cobriam apenas 6,9% dos agricultores, e os agentes de extensão disponíveis não tinham conhecimento de aquacultura. Os serviços de extensão enfrentam muitas restrições. Muitos extensionistas têm contratos anuais, encorajando assim os melhores extensionistas a procurarem empregos em ONGs e no setor privado. Existem também problemas relacionados a deficiência das infraestruturas de habitação e transporte. O transporte deficiente incentiva os agentes de extensão rural a visitarem os agricultores localizados perto de estradas asfaltadas com mais frequência, e a falta de apoio habitacional significa que os agentes de extensão geralmente vivem em centros distritais que geralmente estão localizados longe dos locais de produção. É interessante notar que o SUSTENTA está trabalhar na direção de reverter esta situação, recrutando novos agentes de extensão, bem como equipando-os com motocicletas e outras ferramentas.

Existe uma coordenação limitada de agentes de extensão agrária e instituições relacionadas em Moçambique. Embora a extensão pública tenha feito esforços para fornecer pelo menos uma equipe de agentes de extensão em cada distrito, os serviços de extensão historicamente se concentraram nos distritos com maior potencial de cultivo. Os serviços de extensão privada geralmente se concentram em certas culturas que a empresa está interessada em comprar dos agricultores, enquanto para as ONGs, o foco está nos resultados do projeto. As ONGs públicas, privadas e geralmente trabalham independentemente umas das outras, mesmo dentro do mesmo distrito, mas essas organizações que trabalham no mesmo setor (por exemplo, agricultura) são obrigadas a fornecer relatórios trimestrais conjuntos aos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE). O ambiente geral consiste em muito pouca coordenação entre a extensão pública e os serviços de extensão fornecidos por ONGs e o setor privado.

Para os extensionistas públicos (trabalhadores), existem poucas estruturas de incentivos a nível distrital, mas a nível nacional o melhor extensionista a nível nacional recebe um prêmio anualmente. Os critérios de seleção dos melhores extensionistas incluem o número de parcelas demonstrativas e agricultores atendidos, bem como a taxa de adoção das tecnologias demonstradas. Quanto ao desempenho do agente

de extensão, a cada ano os funcionários públicos são avaliados pelo chefe de seu departamento, com base em indicadores de desempenho, como cumprimento de todas as tarefas, absenteísmo e dedicação ao trabalho, entre outros. No entanto, a interpretação do significado exato dos indicadores é subjetiva, o que deve levar a um conjunto de indicadores mais objetivo para avaliar o desempenho do agente de extensão.

Os agentes de extensão em serviços de extensão do governo devem receber treinamento, mas isso tem sido um desafio para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (e para o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca) em particular, e outras instituições governamentais em geral. A falta de recursos financeiros e a indução a uma alta rotatividade do pessoal são os principais problemas. O setor público é incapaz de competir com o setor privado e ONGs em salários, e extensionistas e outros funcionários públicos após receberem treinamento tendem a deixar o setor público por salários / empregos bem pagos no setor privado (incluindo a sociedade civil - ONGs ou PVOs). Isso implica que o MADER e o MIMAIP devem treinar constantemente novos funcionários, e grande parte do treinamento é sobre extensão básica. Se o pessoal fosse mantido o treinamento de extensão poderia incluir práticas de produção básicas e incluir também desenvolvimento de habilidades de marketing e processamento, e a capacidade dos extensionistas de disseminar informações e treinar agricultores/agregadores sobre classificação, especificações e requisitos fitossanitários. Políticas de incentivo para reter pessoal no setor público não existem ou não funcionam.

A baixa área cultivada e o baixo uso de insumos melhorados, devido a restrições de liquidez, mercados de insumos subdesenvolvidos e percepções equivocadas sobre retornos e barreiras culturais, resultam em baixos volumes de produção. Os esforços para aumentar a produtividade dos agricultores geralmente enfatizam o uso de um insumo em vez de um pacote de insumos. Como resultado, a resposta de entrada tende a ser baixa. Algumas das tecnologias agrícolas disponíveis foram, na verdade, ajustadas para responder aos choques climáticos. Isso faz parte da discussão que pode ser encontrada no PEDSA II. No entanto, a frequência da incidência de choques climáticos sugere a necessidade de planejamento e melhoria contínua ou atualização das tecnologias e talvez do seguro de culturas agrícolas ou diversificação das fontes de renda, dependendo dos tipos de choques climáticos, pois a resposta é diferente. Outra questão é o mix de tecnologias, também discutido no PEDSA II. O IITA está testando várias abordagens (experiências sociais) para ver quais abordagens se encaixam melhor em quais condições, incluindo: i) boas sementes/raças; ii) boas sementes + treinamento; iii) treinamento + facilitação do acesso ao mercado (input); iv) treinamento + facilitação do acesso ao mercado (produção); v) serviços de tratores, serviços de pulverização, capina, colheita; e vi) várias combinações de pacotes de tecnologia.

O aumento na produção e produtividade resultante de um maior uso de sementes melhoradas será significativamente maior se combinado com irrigação e aplicação de produtos químicos, bem como acesso a mercados fiáveis (entrada / saída para permitir um melhor plano de investimento na perspectiva dos agricultores). Os investimentos em irrigação tendem a ser caros para manter e os esquemas de irrigação iniciados noutros países fracassaram principalmente na África. Apesar de seus desafios e complexidade, o foco deve ir para a irrigação por gravidade (com redes sociais de apoio, que são ativamente construídas e mantidas com referência a outras formas de autoridade, por exemplo, ligações à autoridade tradicional, poder econômico e antiguidade (Nkoka et al., 2014)) se possível, pois requer uma manutenção relativamente baixa e os custos operacionais são igualmente baixos, ou seja, menor consumo de combustível / energia. Além disso, se os agricultores não conseguirem vender sua colheita e obter lucro devido aos altos custos de produção para colocar seus produtos no mercado, a demanda de insumos

continuará a ser baixa. Um dos desafios da irrigação por gravidade é que não há muitos locais que permitem um bom armazenamento de água para irrigação e terra para agricultura a jusante para irrigação. Estudos adicionais são necessários para olhar para alternativas de bombeamento de água e construção de reservatórios, incluindo opções de energia alternativas destinadas a reduzir os custos operacionais.

No caso da aquicultura, a produção é limitada devido à baixa demanda e disponibilidade de alimentos para animais. As fábricas existentes de ração animal poderiam incluir uma linha de ração para peixes, mas um único ciclo de produção excederia a demanda nacional de ração porque há poucos produtores de aquicultura. A indústria de ração reclama que não é possível fazer meio ciclo porque os custos de produção superam os lucros. Embora a indústria queira investir em ração para peixes, a demanda atual pode não se justificar. Uma opção é conceder um subsídio para a indústria de ração produzir ração, desde que possa vendê-la a um preço subsidiado para estimular a demanda e, portanto, aumentar o número de produtores de aquicultura. Moçambique importa atualmente cerca de 70.000 toneladas de cavala anualmente, e os subsídios podem ser removidos quando a produção total de tilápia da aquicultura atinge essa quantidade para substituir a cavala, e um imposto de importação é introduzido sobre a cavala. A Estratégia de Desenvolvimento da Aquicultura 2020-2030 projeta que até 2025 Moçambique pode atingir cerca de 90.000 toneladas de produção de tilápia desde que os investimentos necessários em alimentação animal e adoção de tecnologia sejam realizados. Isso tornaria a produção mais competitiva, mas depois de resolver o problema da alimentação, outras questões também deveriam ser abordadas, tornando importante a discussão com os atuais produtores de aquicultura.

O setor privado deve ser mobilizado para investir em tecnologia de produção, o que significa ter mais empresas que vendam equipamentos de aquicultura (redes, gaiolas, etc). Os tanques de aquicultura precisam de oxigenação da água, o que traz de volta a questão do acesso à eletricidade na produção, seja por meio de soluções solares e fora da rede, seja por conexão à rede nacional existente. As mudanças climáticas também tornam mais urgente que as gaiolas de aquicultura sejam mais resistentes aos ventos e ciclones.

Além do potencial da aquicultura em águas interiores, Moçambique tem potencial na aquicultura marinha. Atualmente, os recursos pesqueiros extrativos estão diminuindo devido à superexploração, aumento da população e aumento da demanda por dietas balanceadas (mais consumo de peixe) para prevenir doenças crônicas. No entanto, os ecossistemas / mangais onde essas espécies se reproduzem ou completam seu ciclo de vida têm sofrido destruição contínua (por exemplo, corte de mangais para lenha, uso como material de construção e construção de casas em áreas de mangais). Portanto, a restauração dos mangais contribuirá para a recuperação de espécies que atualmente têm a sua sobrevivência ameaçada.

Os agricultores são pobres e suas rendas advêm principalmente da agricultura de subsistência, da pecuária e, até certo ponto, da produção aquícola. Todos eles são fontes de renda voláteis devido às condições climáticas variáveis e pragas ou doenças. Muitas famílias têm falta de garantias ou não têm um título legal de sua casa ou terra (embora por lei, uma ocupação de boa fé seja reconhecida). O acesso ao crédito é caro e difícil. Apenas 0,6% dos agricultores têm acesso ao crédito agrícola. Além disso, dado que as taxas de analfabetismo são particularmente mais altas nas áreas rurais e entre as mulheres, as pessoas com baixa escolaridade enfrentam um desafio adicional no acesso a serviços financeiros: é difícil para elas analisar os riscos de crédito e a lucratividade de um esquema de empréstimo ou poupança, para fornecer

todos os documentos e informações (como um plano de negócios) necessários para solicitar um empréstimo e para compreender as condições e contratos. Por outro lado, as instituições financeiras que desejam expandir-se para o meio rural têm dificuldade em encontrar, contratar e manter pessoal bem treinado e disposto a trabalhar no meio rural. A falta de pessoal experiente, por sua vez, leva a uma capacidade institucional deficiente das instituições financeiras rurais.

Alguns agricultores conseguem explorar a economia não-agrícola, mas a educação limitada significa que os agricultores só poderão se envolver em atividades não-agrícolas de baixo retorno, principalmente as mulheres, porque muitas vezes têm menos instrução. Em média, os chefes de família nas zonas rurais de Moçambique têm menos de quatro anos de educação formal que é ainda menor entre as mulheres. As baixas rendas resultam na incapacidade dos agricultores de pagar adiantado pelos seus insumos. Apesar da baixa demanda de insumos em todo o país, existem alguns distritos onde o uso de tecnologias melhoradas é significativamente maior. Os dados do inquérito IAI de 2020 mostram que os agricultores em Tete e, até certo ponto, em Manica e Niassa, usam insumos melhorados com muito mais frequência do que no resto do país. O acesso transfronteiriço a insumos melhorados pode estar vinculado a uma tradição mais longa de uso de insumos nesses países, devido à exposição a programas de subsídio de insumos do outro lado da fronteira que acabam alcançando o nosso país.

Em Moçambique, o setor de sementes enfrenta escassez da semente básica, o Departamento de Sementes é subfinanciado e o número de funcionários é insuficiente. A certificação de sementes requer várias visitas aos locais de produção de sementes e vários testes de laboratório, mas nenhum dos dois pode ser feito de forma eficiente devido à falta de fundos. Tem havido um aumento no número de empresas de sementes registradas, embora as sementes básicas sejam escassas e menos de 10% dos pequenos agricultores usem sementes melhoradas. Algumas dessas empresas de sementes não possuem habilidades técnicas para produzir, manusear e armazenar sementes e têm pouco conhecimento para aconselhar os agricultores sobre as sementes.

Os preços das sementes também são muito altos quando comparados aos preços dos grãos da mesma cultura. Dependendo da cultura, a proporção entre os preços das sementes e dos grãos varia entre 4: 1 e 8: 1, em comparação com apenas 2: 1 no Malawi e 4: 1 na Zâmbia (MSU, 2017). As questões de venda de grãos como sementes e os altos preços das sementes são mais proeminentes durante emergências, como enchentes, ciclones e secas, quando há um aumento na demanda de sementes. Sementes de emergência não se consegue adquirir localmente durante emergências, uma vez que os concursos selecionam a “melhor proposta financeira”, prejudicando ainda mais a produção local. Reconhecidamente, as fontes locais podem ser afetadas pelas mesmas restrições da emergência, incluindo logística, mas tentar comprar pelo menos da mesma província seria útil.

O fornecimento de sementes de qualidade é atualmente muito limitado devido a várias restrições, incluindo: fornecimento limitado de sementes de primeira geração; programas nacionais de melhoramento que visam apenas algumas culturas principais, principalmente cereais e algumas leguminosas; cobertura limitada de vendedores de insumos e serviços de extensão públicos e privados; capacidade limitada das instituições para regular e controlar o setor de sementes, juntamente com questões de sementes falsificadas; e preços inacessíveis de sementes melhoradas. Como resultado, os rendimentos das principais culturas básicas permaneceram praticamente inalterados nas últimas duas décadas, e as mudanças na produção e produtividade total podem ser atribuídas aos padrões de precipitação.

Os fertilizantes geralmente não estão disponíveis na formulação correta, dadas as necessidades do solo e da cultura, já que a maioria dos fertilizantes disponíveis no mercado é formulado para a produção de açúcar e tabaco; e também há problemas com a distribuição / disponibilidade oportuna de fertilizantes. Como exemplo, os fertilizantes no Golfo Árabe em 2011 foram negociados por \$ 381 por tonelada métrica, em comparação com \$ 827 entre os retalhistas em Moçambique (Benson et al., 2012). Os custos de fertilizantes fornecidos em Moçambique em 2006 excederam os do seu vizinho, Malawi, em cerca de US \$ 60 por tonelada métrica. Impulsionados pela lucratividade, também há um bias para o acesso a insumos para as culturas de rendimento, com 90% do total de fertilizantes usados no país usados para o tabaco, a cana-de-açúcar e, em certa medida, a horticultura. As normas sociais, principalmente o poder económico controle, também influenciam o acesso a insumos a favor dos homens.

Ao mesmo tempo, o mercado de insumos também tem dificuldade em estimar a demanda a fim de garantir a produção de um volume adequado de insumos necessários ao mercado. As empresas de sementes não conseguem identificar oportunidades de negócio usando previsões para a demanda de sementes, especialmente para OPVs, pois os agricultores reciclam as sementes por mais de uma safra agrícola. Também faltam informações relacionadas à pesquisa sobre o tipo correto de insumos de acordo com as condições agro-ecológicas, exceto para o uso de fertilizantes no corredor da Beira recentemente tornado público em junho de 2021. O acesso a essas informações deve orientar os operadores do setor para saber o que tipo de insumos a fornecer e também orientar os agricultores sobre que tipo de insumos escolher.

Mesmo na presença de informações de mercado para orientar as operações do setor, as operadoras reagem com desfasamento pois costumam depender de financiamentos internacionais oferecidos por meio de projetos de doadores ou instituições financeiras offshore que possuem dinâmica própria, e acabam impactando a capacidade de resposta do sector privado. Instituições como o CCSA (Comitê de Coordenação do Setor Agrícola) poderiam assumir esse papel de coordenação para melhorar a distribuição gratuita de insumos agrícolas após desastres. Outro problema é a falta de cumprimento das leis existentes e a falta de transparência dos processos de consulta à comunidade para evitar conflitos de terra entre investidores e as comunidades locais.

Existem também questões de corrupção e segurança, tendo Moçambique classificado em 154º em 2021 de acordo com o “Índice de Percepção de Corrupção”, o que representa um aumento tanto na média de longo prazo como nos últimos anos. A crise de sequestros também não ajuda, com notícias na mídia local de que alguns empresários fugiram do país. Problemas de corrupção se manifestam no transporte de produtos para agregadores ou mercados. No caso da pecuária, por exemplo, os animais não podem ser transportados com passageiros no mesmo veículo, mas as pessoas pagam subornos. Em áreas de conflito, os transportadores podem cobrar taxas significativamente mais altas devido ao risco.

Por último, as iniciativas de desenvolvimento ignoraram as barreiras culturais, mas mudar a mentalidade, o comportamento ou a atitude dos agricultores é fundamental, o que exige que especialistas culturais, antropólogos ou sociólogos ajudem a compreender a decisão de adoção e a projetar ou comunicar iniciativas que seriam mais bem recebidas. A maioria dos pequenos agricultores não vê a agricultura como um negócio, e a ideia de investimento em tecnologia às vezes é impensável. Enquanto isso, não podemos apenas usar os rendimentos agronômicos para demonstrar a eficácia das tecnologias. Os retornos financeiros e a capacitação de grupos de agricultores para fazer suas próprias análises de orçamento agrícola tem provado ser úteis.

O principal constrangimento na prática é que as estratégias de desenvolvimento agrícola de Moçambique são ineficazes e sujeitas a baixo investimento. A percentagem das despesas do governo para a agricultura esta significativamente abaixo da meta do CAADP de 10 por cento, normalmente com uma média de 6,4%. Quanto à eficácia das despesas agrícolas, a capacidade do governo para análise e implementação nos níveis nacional e inferior é fraca. Isso é complicado pelo fato de que o governo está atualmente em descentralização. O objetivo da descentralização é válido, mas há problemas de implementação significativos associados a incentivos fracos, capacidade fraca e mecanismo de orçamento de despesas e coordenação deficiente entre várias entidades que frequentemente realizam tarefas semelhantes. O padrão espacial de despesas também parece estar em desacordo com a importância da agricultura ou da população. Além disso, a despesa governamental em I&D é de cerca de 0,24% do PIB agrícola, o que é muito baixo para os padrões internacionais, claramente em desacordo com o potencial agrícola considerável de Moçambique (Walker et al. 2006).

B2.6 Constrangimentos relacionados ao ambiente e inclusão social

As normas sociais de discriminação contra as mulheres são influenciadas pelo sistema de parentesco matrilinear e patriarcal e constituem barreiras no acesso a empregos formais e bem remunerados (Tvedten, 2010). Consequentemente, o índice de desigualdade de gênero do país indica que 59% das mulheres estão em posição de desvantagem em comparação com os homens, particularmente nas áreas rurais e no setor informal onde geralmente são mal remuneradas (Governo de Moçambique, 2016). A principal restrição de gênero no setor agrícola está relacionada às oportunidades de emprego desiguais causadas pelo baixo investimento na educação e saúde das mulheres. A análise de restrição do GSI (Gênero e Inclusão Social) indica que a falta de capacidade e incentivo das mulheres para fornecer trabalho e a discriminação contra elas no local de trabalho e trabalho de cuidado não remunerado são as lacunas a serem abordadas. A falta de infraestrutura de cuidado comunitário implica que as mulheres perdem oportunidades de emprego porque, na maioria dos casos, são elas as responsáveis diretas pelo cuidado dos filhos. Devido às normas de discriminação de gênero, espera-se que meninas e mulheres façam o trabalho doméstico. Consequentemente, repensar maneiras progressivas de equilibrar como homens e mulheres devem compartilhar o trabalho de cuidado é de importância crítica não apenas para a igualdade de gênero, mas também para o bem-estar socioeconômico mais amplo.

Eventos extremos induzidos pelo clima prejudicam o estoque de capital e causam um declínio significativo na produção econômica. Além das perdas humanas, de infraestrutura e de produtividade, há perda de receita tributária e aumento dos gastos públicos excessivos para reabilitação e reconstrução, que afetam negativamente os orçamentos governamentais. Um alto nível de dívida pública poderia impedir o país de aceder os mercados de capitais internacionais mesmo em face de um evento extremo e, nessa circunstância, as doações poderiam aliviar as restrições financeiras. De acordo com relatórios recentes do Banco Mundial, a falta de infraestrutura resiliente tem enormes custos econômicos, causando uma tensão significativa no orçamento público e obstáculos ao investimento privado.

O Relatório de Avaliação Global das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Desastres, afirma que Moçambique é o terceiro país mais vulnerável da África aos riscos de desastres. Desastres naturais frequentes perturbam os meios de subsistência e a produção de alimentos das pessoas mais vulneráveis, minando a luta contra a pobreza extrema. O aumento das temperaturas e da precipitação amplificam os riscos de inundações devido ao aumento do escoamento, ao aumento de eventos extremos que levam à escassez de alimentos e água.

A Contribuição Nacional Determinada de Moçambique (NDC) reconhece em termos gerais a importância da agricultura inteligente para o clima, gestão adaptativa e integrada da água, energia limpa e renovável, gestão florestal sustentável e conservação da biodiversidade, redução do risco de desastres e aumento da resiliência física e fiscal, e integração gestão de resíduos. Investir em infraestrutura mais resiliente é lucrativo e urgente, pois as interrupções são extremamente caras para governos, famílias e setor privado e grandes investimentos em andamento em ativos de infraestrutura terão repercussões duradouras, pois a má manutenção e desastres naturais resultam em um estoque vulnerável.

O déficit de resiliência em Moçambique não é apenas um déficit de financiamento, mas também processos de planeamento inadequados (falta de coordenação institucional), falta de capacidade para recolha de dados, dados deficientes, barreiras à partilha de dados, baixa consciência sobre Mudanças Climáticas entre outros. Desenvolver a capacidade de captar informações científicas sobre projeções de impactos espaciais e temporais ainda é um grande desafio. Prevê-se que as reformas de políticas, a capacitação institucional e os investimentos levem a transformações em direção ao planeamento inteligente para o clima. Para isso, é necessário fornecer informações, experiência e financiamento adicional para apoiar investimentos resilientes ao clima e uma compreensão clara de como a política climática (ou inação) pode impactar o crescimento econômico, a sustentabilidade fiscal e a agenda de desenvolvimento mais ampla do país, e como fiscal e econômico ferramentas de política podem ser usadas para se adaptar às mudanças climáticas.

C. Abordagem estratégica

Dados os elevados níveis de pobreza, apesar do potencial agrícola, a consulta feita junto de membros do governo sugere que os investimentos da MCC devem se concentrar na província da Zambézia, a fim de expandir a influência da agricultura comercial. Isso pode ser alcançado i) abrindo oportunidades para investir na agricultura e ii) oportunidades de reforma política e institucional; iii) Apoio ao Ambiente de Capacitação; iv) Facilitar investimentos sustentáveis para a criação de empregos; v) Complementar os investimentos existentes da SUSTENTA e do Governo de Moçambique; vi) Explorar oportunidades de clima, gênero e inclusão social; e vii) Facilitar as PPPs para aumentar a participação do setor privado no desenvolvimento da infraestrutura rural.

C1. Oportunidades na Zambézia

A Zambézia é a segunda maior província em termos de população, com 18,5% dos 27,9 milhões de habitantes do país de acordo com o censo populacional de 2017. Tem um grande potencial agrícola e o seu clima e solos são adequados para a produção dos mais diversos produtos agrícolas como milho, mandioca, amendoim, arroz, caju, gergelim, chá, soja, feijão bóer, macadâmia e tabaco. Algumas dessas culturas estão sendo produzidas principalmente para o mercado de exportação.

A província oferece excelentes condições para a aquicultura e pesca selvagem nas águas interiores e no mar, respetivamente. Faz parte do Banco de Sofala, uma região muito rica em produtos da pesca. O distrito de Inhassunge é uma das áreas prioritárias identificadas pelo governo para o desenvolvimento da aquicultura devido ao seu potencial. Há também pesca artesanal considerável que precisa ser gerida para equilibrar o uso dos recursos pesqueiros.

A Zambézia tem aproximadamente 3 milhões de hectares de floresta (principalmente miombo). O crescimento populacional e a pobreza rural estão causando uma grande perda de floresta natural. Entre 2001 e 2016, a Zambézia perdeu 5% da sua cobertura florestal (aproximadamente 5440 km²) para a agricultura de corte e queima em pequena escala e produção de carvão. O desmatamento tem um impacto negativo nas inundações, perda de solo dos campos agrícolas e sedimentação dos rios. O desmatamento também agrava as inundações, bem como os impactos sobre o regime hidrológico e a disponibilidade de água ao longo do ano (por exemplo, prejudica a capacidade das bacias hidrográficas de reter água e liberá-la ao longo do ano). Isso se deve ao acesso limitado da população a fontes alternativas de renda.

A província faz fronteira com as províncias de Malawi, Nampula e Niassa. Mocuba é o principal mercado de referência na província e arredores, com fortes ligações com Milange, que faz fronteira com Malawi e Quelimane. Os centros de mercado na Zambézia são pouco distribuídos, localizados principalmente nas sedes distritais, com feiras periódicas ocorrendo nas áreas rurais. Os principais centros comerciais na Zambézia incluem Quelimane, Mocuba, Gurue e Milange. Todas as sedes distritais na província da Zambézia estão conectadas por redes rodoviárias, mas as estradas além das principais rodovias estão em más condições. A autoestrada nacional (N1) atravessa a Zambézia, ligando vários centros comerciais e sedes distritais como Mocuba e Alto Molocue. Outras rodovias, incluindo Z7, N103 e N10, conectam vários distritos à capital, Quelimane. Durante a estação das chuvas, as estradas não pavimentadas que conectam os mercados rurais e os assentamentos costumam ser intransitáveis.

A província tem uma fraca integração do mercado e ligações comerciais nas áreas rurais devido aos elevados custos de transporte, principalmente durante a estação das chuvas. Em média, as famílias caminham de 30 a 60 minutos até os mercados. A província oferece opções de transporte intermodal dada sua rede de estradas, ferrovias, aéreas e marítimas, portanto, um Plano de Desenvolvimento Intermodal incluindo um plano de transporte detalhado, delineando medidas para facilitar o transporte de carga na região e facilitar as ligações com os mercados locais regionais e internacionais.

C2 Áreas de oportunidade em termos de políticas e reformas institucionais

Existem várias oportunidades para reforma de políticas que foram levantadas na literatura, bem como pelos parceiros de desenvolvimento. Algumas reformas já estão em curso em diferentes estágios de implementação através do PAMAN 2019-2021 (Plano de Ação para Melhoria do Ambiente de Negócios). Estas incluem as seguintes reformas:

Racionalização dos processos de exportação

- Inclusão de Ministérios chave na Janela Única Electrónica (JUE) de modo que todos intervenientes relevantes envolvidos no processo possam aceder a JUE para acelerar os processos de exportação e permitir a submissão de documentos através da JUE.
- Revisão e simplificação dos requisitos gerais de exportação e importação: Eliminação de inspeções de pré-embarque e agilização de procedimentos alfandegários com base em gestão eficiente baseada em risco e eliminação de inspeções físicas e supervisão de embalagens de exportação. Relacionado a essas questões, há também a introdução de aprovações de exportação simplificadas e a extensão do horário de trabalho dos departamentos alfandegários, etc.

Reforma Tributária

- Introdução de pagamentos eletrónicos para todos impostos e revisão da aplicabilidade de todos impostos, analisando a possibilidade de simplificação do imposto corporativo.

Licenciamento de Agro-negócios

- Reformas nos procedimentos de licenciamento de agro-negócios e o uso da plataforma electrónica para acelerar o processo e rever as taxas de licenciamento actualmente em vigor.

Lei de Investimento

- Revisão da lei de investimento e seus incentivos. O Governo de Moçambique ainda está por decidir sobre os aspectos específicos das reformas. Existe também uma plataforma eletrónica para apoiar aos investidores.

Acesso ao Crédito

- Introdução de instrumentos financeiros para actividades produtivas (linhas de crédito).

Política de Comércio

- Revisão da lei de processamento e exportação da castanha de caju.

Outras reformas adicionais são necessárias no sector de insumos e racionalização dos processos de exportação, fitossanidade, imposto sobre o valor acrescentado e isenção corporativa, segundo descrito abaixo.

C2.1 Sector de insumos

Presentemente, o uso de insumos melhorados na agricultura moçambicana é muito baixo. Herbicidas e pesticidas raramente são usados, o que leva, no curto prazo, a um enfoque no uso de sementes e fertilizantes melhorados.

Existem recomendações de reformas na produção de sementes relacionadas com o atual Modelo Básico de Sementes do IIAM, USEBA. Atualmente USEBA não é capaz de planear sua produção de acordo com o nível de demanda do mercado. Eles não interagem com o mercado e não têm contratos com seus compradores que devem embasar seus planos de produção. Além disso, existem vários problemas de qualidade com a semente fornecida, incluindo alegações sobre baixos padrões de pureza e germinação. Um estudo de SPEED+ recomenda reformas no modelo USEBA. Há também a questão da semente falsificada, que é consequência do fato de o fornecimento de sementes não exigir certificados de qualidade das sementes. Isso também pode estar relacionado com a falta de coordenação dos serviços de inspeção de qualidade do governo, que também deve ser tratada. O registo de novas variedades de sementes, incluindo a certificação e produção de novas variedades de sementes, é um processo que deve ser facilitado para garantir aprovações e tomadas de decisão atempadas. Essas oportunidades devem ser avaliadas como um potencial para reformas, uma vez que sementes melhoradas são um dos principais insumos que impulsionam os rendimentos das colheitas. A promoção de inspetores privados locais e laboratórios de teste de sementes locais será outra ferramenta a ser usada para reduzir o custo e o tempo de geração de sementes que podem ser registradas com uma marca e ganhar a confiança de quem busca melhores rendimentos. As reformas da USEBA visam aumentar a disponibilidade de sementes de primeira geração do IIAM enquanto o setor privado assume a responsabilidade de produzir a semente básica.

No caso de fertilizantes químicos, um trabalho colaborativo entre o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, AGRA, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM e outras partes interessadas, resultou em Junho de 2021 no mapeamento da composição de fertilizante adequada para solos localizados no corredor da Beira. Esforços semelhantes devem ser expandidos para outras regiões, e os arquivos de formas resultantes disponibilizados para análise cruzada com outros subsectores.

Em relação à aquacultura, o aumento da produção de ração para peixes deve ser inicialmente subsidiado porque a demanda atual não é suficiente para fazer com que os investidores se disponibilizem a produzir a ração, e os subsídios seriam removidos quando a produção local fosse suficientemente elevada para substituir as importações de carapau e um imposto de importação em introduzido no carapau, conforme discutido anteriormente. Uma vez que a ração atualmente é muito cara, os agricultores também não estão motivados para investir na aquacultura. Um deles deve investir primeiro, seja a indústria ou os agricultores, para atrair o outro, e parece que conceder um financiamento a fundo perdido para a indústria de rações é a melhor alternativa para romper o impasse e desencadear um esforço colaborativo em outros segmentos da cadeia de valor, incluindo maior disponibilidade de materiais de aquacultura que são mais resistentes às mudanças climáticas.

C2.2 Racionalização de processos de exportação

A promoção das exportações exige a agilização dos procedimentos aduaneiros, bem como a melhoria da eficácia da janela única eletrónica (JUE) para um sistema totalmente sem papel, com plena integração dos intervenientes ligados à plataforma. Atualmente, os procedimentos de exportação incluem uma série de documentos a serem apresentados por meio da JUE e os mesmos precisam ser carimbados pelos despachantes aduaneiros e autoridades portuárias. A simplificação do processo em termos de número de etapas e a duração geral do processo é necessária.

A inspeção de embalagens, procedimento que leva a maior parte do tempo com variação de porto a porto, variando de 30 a 150 horas, o *scan* e as subsequentes inspeções físicas também podem atrasar todo o processo e comprometer sua eficiência. As inspeções fitossanitárias que se aplicam às exportações de produtos agrícolas também demoram consideravelmente dependendo do porto. É muito mais eficiente em Nacala, onde a equipa MADER está bem treinada, do que nos outros dois portos. Há necessidade de revisão do papel dos corretores, que hoje correspondem a 40% dos custos de exportação. Devem ser consideradas reformas na regulamentação de corretores e a abertura de mais posições corretoras para trazer mais competição e eficiência.

Também é importante investir no aprimoramento da integração regional por meio da implementação efetiva de acordos de cooperação fronteiriça e de união aduaneira. As reformas nesta área são essenciais para garantir que os procedimentos entre fronteiras não sejam duplicados, como as inspeções e os requisitos de documentação. Há necessidade de desalfandegamento e harmonização do tratamento de terminais além-fronteiras.

C2.3 Aspectos fitossanitários

Em relação às normas e medidas fitossanitárias, há espaço para apoiar o governo na implementação de um mecanismo formal de coordenação multissetorial entre os setores envolvidos, especialmente em produtos agrícolas (processamento, embalagem, transporte e níveis de armazenamento). Além disso, há necessidade de melhorar a regulamentação e/ou legislações fitossanitárias atuais, bem como o conjunto de requisitos comuns de padrões, medidas sanitárias e fitossanitárias e regras restritivas de origem além-

fronteiras, levando em consideração as questões de reciprocidade e os protocolos comerciais internacionais.

Também é importante treinar funcionários para operar/implementar políticas, leis e regulamentos fitossanitários de maneira eficaz. Além disso, o mercado precisa de laboratórios credenciados eficientes e com bons equipamentos, infraestrutura e recursos humanos capazes de realizar todos os testes e análises fitossanitárias. A equipe precisa se especializar em questões fitossanitárias para entender e garantir a conformidade dos produtos agrícolas nacionais com os requisitos das normas internacionais, a fim de aumentar a chance de esses produtos acessarem os mercados regionais e internacionais. Há necessidade de um monitoramento aprimorado e sistemas de vigilância para a segurança de culturas e alimentos. As instituições responsáveis por questões fitossanitárias precisam ser capazes de conduzir avaliações de risco de pragas com base científica.

Há necessidade de armazenamento adequado e outras instalações necessárias para atender às medidas fitossanitárias. Portanto, é importante garantir que a infraestrutura em todos os níveis, ou seja, no portão da fazenda, processamento e embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, cumpra as medidas fitossanitárias dos parceiros comerciais com base nos acordos IPPC e WTO-SPS. Isso deve ser acompanhado pelo aumento do conhecimento sobre as melhores práticas agrícolas e serviços de extensão em questões de proteção de plantas.

Movimentos não regulamentados de produtos agrícolas podem contribuir para um maior risco de introdução de pragas e doenças de quarentena. Portanto, é necessário aumentar a equipe de inspeção e a infraestrutura de inspeção para gerenciar adequadamente todos os pontos de entrada.

C.2.4 Imposto sobre Valor Agregado e Isenção Corporativa

As barreiras fiscais precisam ser abordadas. Foram feitas avaliações sobre a extensão do impacto dos impostos sobre o investimento no setor agrícola. Embora haja um consenso sobre a necessidade de fluxos de receitas fiscais para o governo, é necessário considerar incentivos alternativos especificamente na Zambézia, para todo o setor agrícola, ou subsetores específicos. Ao mesmo tempo que existe espaço para melhorar o sistema de gestão do pagamento de impostos através da apresentação eletrônica de documentação e pagamentos, a formação de pessoal para tirar partido das TICs seria um passo mais próximo na disponibilização de tais serviços mesmo em áreas remotas. Também é necessário agilizar o processo de reembolso do IVA e as isenções de IVA para torná-los mais eficientes.

C3 Financiamento em infraestruturas de suporte

Outro mecanismo consiste em apoiar uma infraestrutura que seja resiliente aos choques climáticos em vários setores, tais como:

- Estradas secundárias e terciárias

Embora as sedes distritais na província da Zambézia estejam conectadas por redes rodoviárias, as estradas além das principais rodovias estão em más condições. Durante a estação das chuvas, as estradas não pavimentadas que conectam os mercados rurais e os assentamentos costumam ser intransitáveis. Existem duas necessidades principais nesta área: a primeira é conectar as áreas rurais com o potencial agrícola e pesqueiro com a capital e a sede distrital; segundo, para conectar essas áreas à rede ferroviária, portos e aeroporto e outras infraestruturas essenciais para garantir uma opção de transporte intermodal. Esses

investimentos resultarão em maior conectividade e custos de transação reduzidos para os mercados de entrada e saída, especialmente estradas vicinais.

- Cobertura elétrica

A província era servida exclusivamente pela barragem hidroelétrica de Cahora Bassa localizada em Tete, por uma única linha de transmissão. Os investimentos na província, no setor de energia, estão focados em opções de energias alternativas, como mini redes e sistemas solares autônomos. Existem dois projectos que integram o Programa de Energias Renováveis para o Desenvolvimento Rural (RERD), lançado pelo FUNAE em parceria com a ENABEL para a realização dos estudos de viabilidade de cinco mini redes, incluindo uma no distrito de Milange, na localidade de Majauá com extensão de 17,8 kms e capacidade para abastecer 630 clientes e outro no distrito de Pebane com uma extensão de 4,4 kms e uma capacidade de abastecimento de 548 clientes.

Em Mocuba existe um central solar em funcionamento que fornece energia à rede nacional com capacidade para servir 175 000 residências. É esta central que abastece o porto de Macuse e outros projetos na província. No entanto, as tarifas de energia são superiores às cobradas pela EDM o que dificultam a relação entre o desenvolvimento económico e o investimento nacional. Há também um investimento recente, que acaba de iniciar a primeira fase de implementação, que diz respeito à construção da subestação de eletricidade e de uma linha de alta tensão de 366 km que atravessa a província de Chimuara ao Alto Molocue.

A cobertura de eletricidade é uma das principais prioridades do governo. Todos estes investimentos visam a promoção de soluções fora da rede nacional para melhorar a cobertura, qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica na província e representam potencial para parcerias.

C4 Facilitando investimentos sustentáveis na criação de empregos

Um mecanismo para abrir oportunidades de investimento na agricultura na Zambézia é criar condições e incentivos para garantir o investimento de longo prazo na agricultura. Isso pode ser feito por meio de **reformas** que são discutidas na seção C2.

Outro mecanismo potencial seria o fornecimento de pequenas doações limitadas para facilitar o investimento inicial em empresas criadoras de empregos que se espera sejam lucrativas e sustentáveis sem subsídio a longo prazo. Uma análise cuidadosa será realizada durante o próximo estágio de desenvolvimento do compacto para determinar se as falhas de mercado justificariam o uso de tal mecanismo e, em caso afirmativo, em que circunstâncias.

Já existem iniciativas semelhantes destinadas a promover a transformação agrícola e o desenvolvimento da cadeia de valor financiados por doadores e organizações internacionais de desenvolvimento multilateral, como o Banco Africano de Desenvolvimento, o IFAD, etc. Como tal, o âmbito para iniciativas adicionais deste tipo pode ser muito limitado. No entanto, a adequação de iniciativas semelhantes para servir pequenas e médias empresas do agronegócio e associações, particularmente jovens e mulheres líderes de PMEs que operam na Zambézia e outras áreas-chave direcionadas para investimentos relacionados com o desenvolvimento agrícola, pode ser considerada durante a próxima fase de desenvolvimento compacto.

As linhas de crédito também são uma opção para financiar iniciativas de agricultura, aquacultura e pesca selvagem. O objetivo é estimular as respectivas indústrias através do financiamento do custo inicial de investimentos geradores de empregos, por exemplo em tecnologia de produção, desde o nível de subsistência ao comercial. Se essa abordagem fosse adotada, um modelo específico de compartilhamento de custos ajustado aos diferentes níveis de operadores poderia ser desenhado de acordo com suas necessidades. Essas iniciativas seriam combinadas com o apoio ao desenvolvimento de negócios para facilitar o acesso a mercados e parcerias de negócios.

Por exemplo, o apoio financeiro para capacitar os produtores, especialmente os pequenos agricultores, poderia ser alcançado potencialmente por meio de produtores subcontratados ou modelos de fazenda âncora, como o modelo MLT no distrito de Milange na província da Zambézia. Os possíveis mecanismos de apoio para ancorar a produção orientada para o mercado incluem acesso a capital / crédito, assistência por meio de agro-processamento e agrodealers para acesso a insumos, conectividade de estradas, infraestrutura na propriedade (armazenamento, irrigação) e extensão privada que é fornecida a cultivadores subcontratados. Como parte da responsabilidade social do agronegócio, também poderia haver assistência para o desenvolvimento comunitário direcionado com resultados sociais e econômicos, como pequenos investimentos em irrigação, poços e programas de alimentação escolar, todos com impactos positivos e significativos na produtividade agrícola. Os agronegócios geralmente precisam cumprir essas funções ao iniciar suas operações. Embora isso torne seu investimento inicial mais caro, também aumenta a produtividade agrícola geral.

C5 Complementando os investimentos existentes da SUSTENTA e do Governo de Moçambique

O programa agrícola prioritário do Governo de Moçambique, SUSTENTA, visa integrar os pequenos agricultores nas cadeias de valor produtivo. Tem três beneficiários principais: pequenos agricultores (PAs), PACEs e PME. O programa pretende incentivar o investimento privado nas oportunidades identificadas nas principais cadeias de valor estratégicas por meio de um modelo público e privado de crédito concessional e assistência técnica para a implementação e gestão de agronegócios e atividades produtivas. Os agronegócios fazem o processamento final dos produtos agrícolas agregando valor a eles e vendendo aos mercados. Eles estão desempenhando o papel de “âncora de negócios” que facilitam o acesso dos produtores às tecnologias de produção e aos mercados, e também contribuirão para a criação de empregos rurais e resilientes.

A intervenção inclui pacotes de tecnologia subsidiados; linhas de crédito concessional a todos os atores das cadeias de valor (PAs, PACEs e Agronegócios); e acesso à extensão por meio de agricultores líderes. Embora o Agronegócio deva ser um dos beneficiários quando olhamos para o modelo de intervenção da SUSTENTA, eles não estão sendo relatados como beneficiários das atividades do programa. São apenas mencionados como potenciais destinatários de crédito, mas até Julho de 2020 nenhuma PME e média empresa beneficiava de linhas de crédito para processamento e comercialização. Uma vez que o Agronegócio desempenha mais o papel de escoamento de produtos, parece que a SUSTENTA tem como foco principal a produção e que existem lacunas na busca de mercados para os produtos, o que evidencia a necessidade de ampliar as oportunidades comerciais. É interessante notar que o segundo compacto da MCC será alinhado com o segundo ciclo de orçamento e planeamento do PNISA II, uma vez que este é normalmente dividido em dois períodos de cinco anos cada, começando em 2021.

A criação de empregos ao longo das cadeias de valor cria oportunidades de investimento em agrodealers e outras iniciativas empresariais. Nas pescas / aquacultura, existe a oportunidade de ajudar o Governo de Moçambique a restaurar os ecossistemas produtivos e apoiar o sector da aquacultura através do investimento na alimentação animal. Finalmente, existe um interesse considerável por parte do Governo de Moçambique no investimento na barragem de Mugeba e nas infraestruturas e serviços de apoio, e o investimento da MCC acabaria por alinhar-se com esta prioridade maior.

C6 Oportunidades em clima, gênero e inclusão social

O empoderamento econômico das mulheres é uma prioridade nos setores da agricultura e da pesca, uma vez que o trabalho de cuidado não remunerado é geralmente feito por mulheres. É necessário integrar os pequenos agricultores no mercado como forma de reduzir a pobreza e alcançar a inclusão social, estimulando o setor privado a desenvolver produtos e serviços financeiros para mulheres e jovens. Isso facilitaria seu acesso à terra e às tecnologias modernas. Embora a Zambézia seja reconhecida como tendo sistemas de parentesco patriarcal e matrilinear, o acesso à terra, que se baseia nas relações de poder de gênero, permanece dominado pelos homens. Ou seja, a decisão do uso da terra depende do marido para a tradição patriarcal e do tio ou irmão materno nas regras matrilineares.

Além disso, a promoção de questões de gênero e o treinamento de associações de agricultores locais fortalecerão os vínculos com o mercado e contribuirão para a criação de empregos decentes e tratamento igual no local de trabalho e recrutamento de mão-de-obra. Nesse sentido, um investimento na capacitação econômica de mulheres e jovens, bem como a promoção e implementação de políticas de gênero no setor privado, contribuirá para a criação de empregos mais decentes em um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Outras áreas potenciais para reformas estão relacionadas à sustentabilidade dos ecossistemas, como o compromisso de reduzir a destruição dos mangais. No caso da aquacultura marinha, a recuperação e expansão dos manguezais é uma das prioridades do setor. Isso requer a construção de estufas para produzir as mudas, emprestando a vasta experiência em agricultura de viveiros de caju em todo o país; e educação sobre porque os mangais devem ser preservados.

C7 Facilitação de PPPs para aumentar a participação privada no desenvolvimento da infraestrutura rural

O governo de Moçambique abraçou as iniciativas de PPP como meio de catapultar a construção e reabilitação das suas infraestruturas públicas, dadas as restrições orçamentais para acomodar o investimento de capital significativo necessário, e considerando a capacidade técnica e de gestão limitada nas instituições relevantes.

De acordo com o último Infrascopes publicado pela *The Economist Intelligence Unit*. 2021, dois desafios principais para o desenvolvimento de PPPs em Moçambique são:

- Falta de regulamentação e legislação robustas e específicas sobre o que rege as PPP's
- Fraca capacidade institucional.

A Lei nº 15 de 2011 define PPPs e dispõe as normas gerais sobre o assunto; no entanto, a seleção detalhada, contratação e procedimentos operacionais e protocolos para todos os tipos de aquisição de bens e serviços, incluindo projetos, são delineados no Decreto nº 5 de 2016.

O dispositivo da Lei 15 de 2011 aplica-se a PPPs, Projetos de Grande Escala e Concessões de Empreendimentos para mineração e exploração. A Lei estabelece que cada setor de governo é responsável pelas PPPs em seu próprio setor e deve regular suas PPPs atendendo aos interesses dos usuários, garantindo que o projeto seja sustentável e haja equilíbrio econômico-financeiro entre as partes contratantes. No entanto, a Lei 15 de 2011 foi considerada fraca nos seguintes aspectos:

- Falta de métodos gerais de resolução de conflitos;
- Discrição excessiva do governo nas negociações com as empresas;
- Múltiplos objetivos levando à falta de abordagem focada para PPP's;
- Falta de mecanismos para lidar com propostas não solicitadas.

O Decreto nº 5 exige amplamente estudos de viabilidade para que as avaliações ou opções de valor para o dinheiro sejam analisadas. No entanto, não especifica os tipos, nem exige explicitamente análises de custo-benefício para apoiar os processos de tomada de decisão. Esses estudos são realizados na prática, mas requisitos explícitos e específicos são necessários para dar clareza e transparência ao processo. Da mesma forma, a regulamentação carece de orientação sobre os casos em que é necessária a renegociação, arbitragem ou mediação, deixando essas prerrogativas para cada contrato individual. Protocolos padronizados definidos por meio de regulamentos podem facilitar o processo de contratação, fornecer previsibilidade e replicabilidade e, subsequentemente, mitigar riscos para investidores e autoridades contratantes.

Moçambique não tem uma agência nacional dedicada à promoção de PPP, suporte técnico, supervisão ou outras atividades específicas de PPP. A Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições, atualmente operando sob a tutela do Ministério da Economia e Finanças, atua como uma agência de supervisão para todas as atividades de aquisição, incluindo PPPs. No entanto, carece de capacidade e autoridade para coordenar projetos de PPP entre entidades governamentais. Moçambique também tem uma Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento do Sector Privado, que está subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio. Embora apoie investimentos no país, não é uma agência dedicada às atividades de PPPs.

As restrições acima trazem uma oportunidade significativa para o Compacto II apoiar o processo de estabelecimento de uma plataforma para revisão e melhorias que permitiriam uma estrutura regulatória e mecanismos de coordenação mais eficazes para facilitar a execução da linha de frente das PPPs.

Outros mecanismos de financiamento combinados além das PPPs, como co-investimento e investimento paralelo, também podem ser facilitados pelo segundo Compacto em apoio às necessidades do setor privado de infraestrutura rural adequada para agregação, irrigação, distribuição de eletricidade e outras iniciativas. Esses mecanismos também podem ser implantados para mitigar riscos e atrair investimentos privados e outros investimentos dentro e ao redor dos projetos que o Compacto II irá financiar. Tal intervenção aliviaria as restrições vinculantes quando aplicável, em busca da sustentabilidade além da duração do projeto. Esses mecanismos contribuiriam para uma maior produtividade agrícola, melhor acesso ao mercado e contribuição significativa para o crescimento econômico.

D. Objectivo Primário

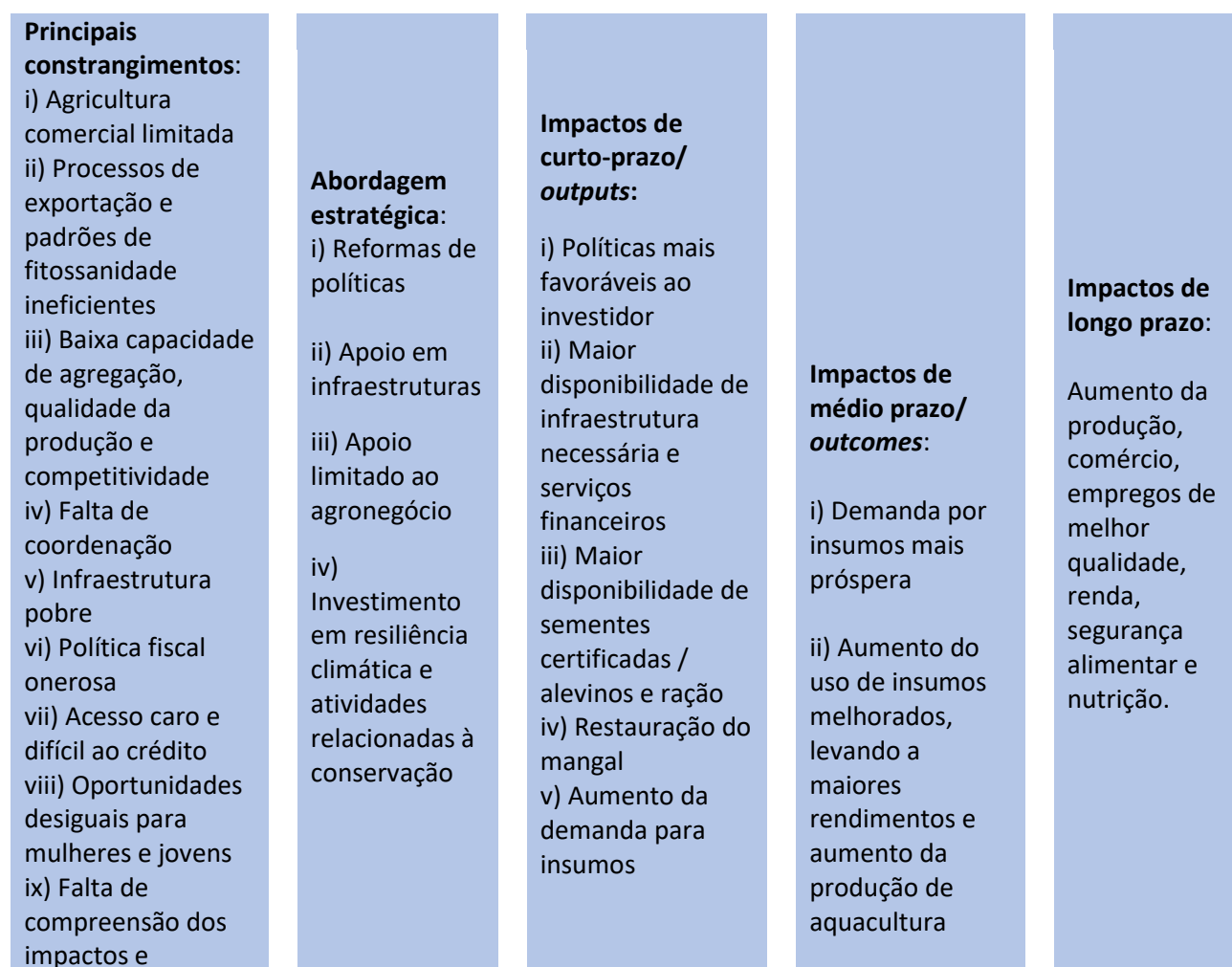
D1. Objectivo

Aumentar a competitividade do setor agrícola, facilitando e promovendo a criação de empregos, investimento comercial inclusivo e sustentável na produção e processamento agrícola, promovendo políticas e reformas institucionais, investimentos em infraestrutura - incluindo a expansão e melhoria da rede de transporte rural - e o setor privado a capacidade do setor de superar os obstáculos iniciais à entrada em agro-negócio. Além disso, o projeto buscará restaurar e conservar ecossistemas produtivos para reduzir o impacto ambiental líquido do investimento e melhorar os meios de subsistência.

D2. Teoria da Mudança

A teoria da mudança mostrada na Figura 2 abaixo apoia a lógica das abordagens estratégicas, e suas ligações estratégicas, para gerar resultados nos três níveis (impacto, outcome & output), para fornecer uma base sólida para identificar / financiar intervenções / atividades prioritárias.

Figura 2 Teoria da Mudança



D3. Impactos na pobreza, inclusão social e gênero

A meta geral é o investimento de longo prazo na população rural, com ênfase na província da Zambézia, onde a incidência da pobreza é mais alta, e o número de pobres também é muito elevado, dado o tamanho da população. Historicamente, a Zambézia foi subfinanciada e subdesenvolvida, apesar de seu potencial agrícola. Os principais impactos serão o aumento de empregos e investimentos nas áreas rurais e costeiras.

Os pequenos produtores representam a maior parte dos agricultores em Moçambique, representando quase 98% de todos os agricultores. Eles enfrentam vários obstáculos no setor agrícola, e muitos deles são mais difíceis de resolver, a menos que sejam integrados num sistema de outgrowers / produção por contrato e, portanto, o foco na agricultura comercial. Os pequenos agricultores, especialmente as mulheres, são muito pequenos em termos de área cultivada, acesso a insumos e serviços e participação no mercado de produtos, tornando mais difícil trabalhar diretamente com os pequenos agricultores. Benfica et al (2006) argumentam que a persistência na agricultura contratual decorre de dois fatores. Em primeiro lugar, as baixas taxas de salário sombra dos pequenos agricultores dão-lhes vantagens de custo de produção substanciais em relação aos agricultores maiores, especialmente em culturas que exigem alto volume de trabalho. Em segundo lugar, os pequenos agricultores muitas vezes têm falta de dinheiro e têm pouco acesso aos mercados de insumos e crédito.

No entanto, os dados agrícolas da zona rural de Moçambique mostram evidência de uma correlação negativa entre ser um agregado familiar chefiado por mulheres e participar em contratos. Se entre os agregados familiares chefiados por homens, em média 7,2% estão em regime de agricultura sob contrato, esta percentagem diminui para 2,9% entre os chefiados por mulheres. Um estudo realizado em Moçambique (Navarra e Pellizzoli, 2012) revela que na ausência de ações específicas voltadas para a inclusão das mulheres, as agricultoras são excluídas dos acordos de agricultura contratual devido aos papéis tradicionais de gênero, além das diferenças existentes nas taxas de alfabetização entre homens e mulheres. O estudo também encontrou uma correlação positiva da agricultura sob contrato com o controle das mulheres sobre a produção e as vendas das culturas.

O aumento da produtividade, o desenvolvimento da aquacultura e a restauração dos mangais resultarão no aumento das vendas da produção agrícola e da aquacultura, tanto artesanal quanto comercial, o que leva ao aumento da renda e à resiliência econômica. Vendas mais altas resultarão, portanto, na redução da pobreza e da desigualdade. A restauração de mangais resultará em maior resiliência dos estoques de peixes.

O aumento do consumo de peixe e o aumento da produção agrícola resultarão em maior disponibilidade de proteína animal e vegetal para nutrição, levando a uma redução da desnutrição crônica e aguda. Uma vez que as atividades propostas incluirão aspectos de gênero e inclusão social, mulheres e jovens serão empoderados. O aumento da conectividade contribuirá para melhorar o acesso aos mercados e serviços sociais, como unidades de saúde e escolas. Finalmente, haverá efeitos colaterais para outros setores da difusão do conhecimento, capacitação de pequenos agricultores e aumento da competitividade.

E. Funções e responsabilidades institucionais

E1. Estrutura legal e regulatória da política

As políticas e estratégias mais importantes no setor agrário incluem PEDSA II (2021-2030), PNISA II (Plano Nacional de Investimento no Sector Agrário), SUSTENTA, Declaração de Malabo, Agenda 2030, EDA (Estratégia de Desenvolvimento da Aquacultura), PNREM (Programa Nacional de Restauração do Ecossistema de Mangal), POLMAR (Política e Estratégia do Mar), EDN 2015-2035 (Estratégia de Desenvolvimento Nacional) e cada subsetor tem a sua própria estratégia. Uma lei agrícola está sendo revista e uma política e regulamento de fertilizantes está sendo elaborada. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também são relevantes, pois muitas atividades são implementadas para atingir esses objetivos.

A visão do PEDSA II é alcançar um setor agrário próspero, que seja competitivo, equitativo e sustentável em resposta à segurança alimentar, nutrição e desafios agrários tanto local quanto internacionalmente. Seu objetivo geral é contribuir para a segurança alimentar e nutricional e a renda dos pequenos produtores de forma competitiva e sustentável que garanta a equidade social e de gênero. O PEDSA II é operacionalizado pelo seu Plano de Investimento, PNISA II. O SUSTENTA é complementar ao PEDSA e assenta em pilares de intervenção semelhantes. É um programa nacional com o objetivo principal de melhorar o bem-estar das famílias rurais através da promoção da agricultura sustentável.

E2. Instituições Relevantes

Tabela 1 Sumário de instituições relevantes

Ação Estratégica	Potenciais Actividades	Instituições Públicas Relevantes	Agências Internacionais de Desenvolvimento	Instituições do Sector Privado
Aumento da Procura Doméstica	Melhoria da formulação de políticas e coordenação das estratégias de desenvolvimento existentes	MADER, MEF, MTA, MIC, MOPHRH, MTC, CPI, APIEX, AT, FDA	FAO, Banco Mundial	CTA
	Contratação e treinamento de extensionistas e coordenação da prestação de serviços de extensão	MADER, MIMAIP		
	Centros agrícolas / aquaparcos	MIMAIP, MADER		
Adição de Valor	Expansão da eletricidade, incluindo fora da rede nacional	EDM		
	Infraestrutura de transporte melhorada	MOPHRH- ANE, Fundo de Estradas, MTC		
	Desenvolver PPPs e facilidades de co-investimento	MADER FNDS		
	Sistema regulatório e de controle melhorado	INNOQ		
Aumento da Procura Internacional	Eficácia aprimorada de janela única eletrônica	Autoridade Tributária		
	Treinamento em serviço em matérias de embalagem e manuseio portuário	MIC/ Autoridade Tributária/ APIEX		MPDC, Cornhelder, Portos do Norte
	Treinamento de comerciantes na imputação de dados para operações de exportação	MIC APIEX, FDA, AT		
	Mecanismo de coordenação multissetorial para medidas fitossanitárias	MIC- INNOQ, MADER – Departamento de Proteção e Sanidade Vegetal DSV NPPO, Ministério da Saúde	IPPC, OIT, IAPSC-AU, SADC, Codex Alimentarius, Biodiversity Convention (CBD),	
	Treinamento de pessoal em sistemas aprimorados de monitoramento e vigilância	INIP, NPPO, DSV	IPAC (Instituto Português de Acreditação)	
Agregação	Elaboração de um Atlas agrícola	DPP/MADER		
	Melhoramento de coordenação	CCSA		
	Armazenamento aprimorado	MIC, ICM		ETG
	Promoção de associação de camponeses	MADER, UNAC, FENAGRI, FDA	USAID	CTA
Aumento da produção e produtividade	Treinamento contínuo em serviço e promoção de carreira no setor público	Várias Instituições		
	Subsidizing the fish feed industry	IDEPA, FNDS, FDA, ProAzul, Banco de Moçambique	USAID, MCC	Bancos Comerciais
	Restauração do mangal	MIMAIP		
	Maior acesso ao financiamento	FDA, ProAzul, Banco de Moçambique, FDA, FNDS	USAID, MCC	Bancos Comerciais

	Maior acesso a sementes melhoradas e melhor coordenação do subsetor de sementes	IIAM, UEM/FAEF, USEBA, APROSE	IITA, CIMMYT, CIAT, ICRISAT	KLAIN KAROO, PANNAR, PHOENIX SEEDS, NZARA YAPER, etc
	Mapeamento de adequação de fertilizantes em todo o país	IIAM, UEM/FAEM, MADER	AGRA	
	Aumento da despesa pública na agricultura	MEF		

F. Próximos passos

A próxima etapa é continuar a envolver várias partes interessadas para obter comentários sobre a nota conceitual, incluindo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Economia e Finanças, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca, Ministério da Terra e Ambiente, Ministério do Género, Criança e Ação Social, USAID / SPEED, FAO, FUNAE, colegas e outras instituições relevantes. Enquanto isso, há também atividades adicionais que devem ser realizadas para preencher as lacunas de informação.

Uma delas é fazer o inventário do estado em que se encontram as estradas rurais e combiná-lo com o potencial agrícola extraído dos dados do IAI 2020. Por exemplo, os dados do IAI mostram que Angoche, Moma e Larde são distritos produtores de arroz, gergelim, amendoim, mas a estrada que liga Mogovolas a Angoche é extremamente difícil de navegar. A nível nacional, Gurue e Molumbo são os principais produtores de feijão bóer, soja e milho, mas as ligações entre Molumbo e Gurue, e Gurue (Lioma) para Mutuali para depois ligar às estradas Nampula-Malema-Cuamba são fracas. Um estudo completo deve ser realizado, analisando as cadeias de valor prioritárias, os locais com maior potencial e como esses locais se classificam em termos de conectividade rodoviária.

Também é necessário fazer um inventário dos locais onde a resposta aos insumos provavelmente será mais elevada, se apenas um insumo, em vez de um pacote tecnológico, for adotado pelos pequenos agricultores. Se eles só podem adotar sementes melhoradas isoladamente, em vez de em combinação com irrigação e fertilizantes (sejam químicos ou orgânicos), então, tais locais devem ser mapeados a fim de promover uma adoção de tecnologia que seja lucrativa para o pequeno produtor.

Outras actividades de seguimento incluem as seguintes:

- Estudo de apetite para investimento (“chamada para potenciais entrantes”);
- Análise de impacto de políticas e medidas de reforma;
- Análises de mercado e avaliações da cadeia de valor;
- Avaliação de Doing Business específica para a Zambézia;
- Avaliações Estratégicas de Impacto Ambiental e Social.